

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL - UEMS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PROPPI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (MESTRADO) - PGEDU
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA

SÔNIA MARA PEREIRA DE SOUZA RIBEIRO

VOZES DE EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE
PARANAÍBA (MS).

Paranaíba - MS

2022

SÔNIA MARA PEREIRA DE SOUZA RIBEIRO

**VOZES DE EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE
PARANAÍBA (MS)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração em Educação, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História, Sociedade e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes

R372v Ribeiro, Sônia Mara Pereira de Souza

Vozes de egressas negras do curso de ciências sociais de Paranaíba (MS) / Sônia Mara Pereira de Souza Ribeiro. – Paranaíba, MS: UEMS, 2022.

79 f.

Dissertação (Mestrado) – Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

1. História oral 2. Egressas negras – História 3. Ações afirmativas – Brasil 4. Ações afirmativas – Mato Grosso do Sul
I. Paes, Ademilson Batista II. Título

CDD 23. ed. - 305.48

SÔNIA MARA PEREIRA DE SOUZA RIBEIRO

**VOZES DE EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE
PARANAÍBA (MS)**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Paranaíba.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes (Orientador)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.^a Dra. Juliana do Prado
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof.^a Dr.^a. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FCH - UFMS)

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é resultado de um sonho que por meio dos percalços e obstáculos em certos momentos, esse sonho pareceu inatingível. Porém, nunca estive sozinha nessa jornada.

Ao meu estimado orientador Prof. Dr. Ademilson Batista Paes, por ter acreditado em mim quando muitos não acreditaram, por compreender a dimensão das minhas asas e oportunizar espaço para o meu voo, obrigada pelos ensinamentos, paciência, dedicação e por desenvolver em mim o amadurecimento pessoal, profissional e como pesquisadora mesmo sendo iniciante. Agradeço principalmente pelo privilégio de flutuar nas águas do seu pensamento intelectual, do qual tive o prazer de participar.

A minha família que sempre acreditou em mim e que seria capaz, ao professor Daniel Pícaro, Ailton de Souza, Djalma Quirino, Alexandre de Castro, Jean Menezes e Geovane Gomes sou grata por seus ensinamentos que fizeram toda diferença em minha formação, a todos os professores que de uma forma ou de outra contribuíram para o meu amadurecimento enquanto pesquisadora. Devo a todos o meu reconhecimento carinhoso e admiração.

“História” é exatamente o passado sobre o qual os homens têm de voltar o olhar, a fim de poderem ir à frente em seu agir, de poderem conquistar seu futuro. Ela precisa ser concebida como um conjunto ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao futuro são unificadas na orientação do tempo presente.

Jörn Rüsen

RESUMO

Nesta dissertação apresenta-se resultados de pesquisa de Mestrado em Educação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, na linha de pesquisa História, Sociedade e Educação e contém as experiências de preconceito e discriminação de mulheres negras em uma universidade pública e suas estratégias de enfrentamento. Foi realizado um estudo qualitativo descritivo por meio de entrevista com 2 mulheres egressas do curso de Ciências Sociais. Os dados coletados passaram por análise de conteúdo, chegando as seguintes categorias: concepções sobre ser mulher negra; experiências de preconceito e discriminação no ambiente educacional, as estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação. O objetivo será analisar os relatos de histórias de vidas de alunas negras egressas do curso de Ciências Sociais da Unidade de Paranaíba que ingressaram no curso superior por meio das cotas, com base na História Oral a pesquisa foi desenvolvida e se fundamenta em um conjunto de dados atrelados a história de vida de sujeitos enquanto atores de sua própria história da sua trajetória desde Educação Básica até ingressar no curso superior. Para o desenvolvimento dessa pesquisa será usado questionário socioeconômico e entrevistas com essas egressas e os resultados alcançados com essa pesquisa revelam o quão é difícil para essas mulheres negras conquistar seus lugares na sociedade como de fato é de direito, principalmente o de cursar uma universidade e suas dificuldades em não ter condições financeiras para se manter no curso, morar longe da Universidade e até mesmo ir a pé para a universidade e em permanecer e terminar o curso. Duas mulheres negras que se tornaram professoras; duas professoras que se ocultaram em alguns de seus aspectos identitários, mas que se revelaram em partes de suas histórias; duas histórias diferentes em suas singularidades e em momentos históricos, mas que de uma forma ou de outra se assemelham em alguns aspectos por vivenciarem um mesmo sistema opressor: o sistema que oprime mulheres, negros, pobres, e todos aqueles que não dizem de uma hegemonia.

Palavra- chaves: Memórias. História Oral. Negras.

ABSTRACT

This dissertation presents the results of a Master's in Education research developed with the Graduate Program in Education (PGEDU) of the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), University Unit of Paranaíba, in the line of research History, Society and Education and contains the experiences of prejudice and discrimination of black women in a public university and their coping strategies. A descriptive qualitative study was carried out through interviews with 2 women graduated from the Social Sciences course. The collected data underwent content analysis, reaching the following categories: conceptions about being a black woman; experiences of prejudice and discrimination in the educational environment, strategies to face prejudice and discrimination. The objective was to analyze the reports of life stories of black students from the Social Sciences course at the Paranaíba Unit who entered higher education through quotas, based on Oral History the research was developed and is based on a set of data linked to the life history of subjects as actors of their own history of their trajectory from Basic Education to entering higher education. For the development of this research, a socioeconomic questionnaire and interviews with these graduates will be used and the results achieved with this research reveal how difficult it is for these black women to conquer their places in society as it is in fact right, especially to attend a university and its difficulties in not having the financial conditions to stay in the course, living far from the University and even walking to the university and in staying and finishing the course. Two black women who became teachers; two teachers who hid in some of their identity aspects, but who revealed themselves in parts of their stories; two different histories in their singularities and in historical moments, but that in one way or another resemble each other in some aspects because they experience the same oppressive system: the system that oppresses women, blacks, the poor, and all those who do not speak of a hegemony .

Keywords: Memories. Oral History. Black

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1.HISTÓRIA ORAL: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS	17
2. HISTÓRIA, MULHERES E EGRESSAS NEGRAS	38
2.2 A voz da primeira egressa Maria.....	46
2.3 A segunda egressa Girassol.....	50
3. AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL.....	54
3.1 Cotas para Negros e Pardos no Ensino Superior Público.....	57
3.2 Legislação de Cotas para Negros em Mato Grosso do Sul.....	62
3.3 Implantação de Cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.....	65
3.4 Cidade e Unidade Universitária de Paranaíba.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	76

APRESENTAÇÃO

A busca pelo conhecimento sempre me acompanhou desde os tempos que cursei Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Mato grosso do Sul (UEMS) no ano de 2013, que ao findar do curso continuei no ano seguinte para concluir também o Bacharelado em 2017. Sempre em frente no mesmo ano ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação Lato em Sensu concluindo em 2018 a minha Pós-graduação.

No mesmo comecei a perseguir meu sonho de fazer o Mestrado ofertado pela Universidade vindo a fazer o processo seletivo para o ingresso, mas não obtive sucesso. Em 2019 tentei novamente e consegui entrar para o programa no último minuto do segundo tempo. Começava ali um novo caminho em busca de novos conhecimentos. A jornada não foi fácil, principalmente porque no ano de 2020 veio a pandemia do Covid-19 e isso atrapalhou significativamente o andamento das pesquisas acredito eu de quase todos nós que estávamos no programa cursando as disciplinas.

Quando fiz o processo seletivo e passei pelas etapas da prova escrita e de análise do projeto, chegou o momento da entrevista e me perguntaram se eu estava disposta a mudar minha pesquisa para encaixar em outra linha de pesquisa a 2. História, Sociedade e Educação, pois o meu projeto de pesquisa era da linha 3. Linguagem, Educação e Cultura. Prontamente concordei, troquei o projeto por outro e comecei minha trajetória no Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Vieram as disciplinas e com elas novos conhecimentos e desafios chegavam a todo momento e junto com eles as dificuldades. A cada disciplina cursada eu aprendia um pouco mais e me esforçava ao máximo para dar o melhor e obter ótimos resultados. Enveredar pelos caminhos da Historiografia me trouxe outro olhar para essa temática e comecei a gostar da ideia de desenvolver uma pesquisa com base na História Oral e no autor Ginzburg e seu Paradigma Indiciário que foi a direção para desenvolver minha pesquisa.

Outro autor que me ajudou muito e contribui com minha pesquisa foi Paul Thompson com sua obra A Voz do Passado, que me deixou claro o que era a História Oral e como fazer dela um papel importante para desenvolver a pesquisa por meio de

entrevistas com sujeitos autores de sua própria história. Assim como vários outros autores que utilizei em minha pesquisa.

Toda esse tempo e vivência formativa foi o ponto central para que, ao longo da minha trajetória, o objeto de estudo fosse atingido, mesmo depois de ter superada a dúvida existencial saindo do conforto acadêmico e alçar novos voos, a construção do projeto de pesquisa deveria estar de acordo com alinha do programa de Mestrado, mas também ao mesmo tempo dialogar com o meu caminho na área educacional

Acredito eu que depois de todo esse tempo entre encontros e desencontros, muita luta, muitos erros, mas também muitos acertos, chego ao fim desse ciclo com a certeza de que fiz o melhor que podia e acreditando que poderia ter feito mais, tudo que construí até aqui foi com luta e muitos dias de choro, finalmente cheguei ao fim dessa estrada com muito orgulho, pois teve momentos que achei que não conseguiria. Com toda certeza posso dizer que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul fez uma enorme diferença em minha vida.

INTRODUÇÃO

Percebemos que houve um crescimento da participação e atuação da mulher negra nos diferentes segmentos públicos da sociedade brasileira, que antes era ocupada quase na sua totalidade por homens nas mais diferentes profissões e em carreiras políticas. Devido ao fato de que houve um avanço histórico de empoderamento feminino, que luta por igualdades de condições com o sexo masculino, desempenhando papel importante nas mais variadas áreas de atuação.

Este trabalho intitulado “Vozes de Egressas Negras do curso de Ciências Sociais de Paranaíba (MS)” analisa os relatos sobre memórias de acadêmicas negras que ingressaram no ensino superior por meio das cotas raciais; para realização da pesquisa será aplicado questionário socioeconômico para analisar o perfil social dessas mulheres e também será feito entrevistas com essas egressas para coletar os relatos e suas histórias de vida. O método utilizado para a realização da pesquisa é a História Oral, que possibilita apontar outras dimensões para as discussões que permeiam o meio historiográfico.

O primeiro capítulo dispõe sobre História Oral: Aportes teórico-metodológico usados para elaborar essa pesquisa, o método utilizado para o desenvolvimento e todo conhecimento produzido que se faz tão importante é a História oral para desenvolver pesquisas sobre memórias e histórias de vida de pessoas sobre determinados fatos ou acontecimentos em épocas diferentes de suas vidas.

O segundo capítulo fala sobre as mulheres negras e egressas do curso de Ciências Sociais da Unidade de Paranaíba, por meio de entrevistas é que deverá colher os relatos de memórias e histórias de vida dessas mulheres, suas lutas contra o preconceito e o caminho percorrido desde o Ensino Básico até sua chegada ao Ensino Superior, quais as dificuldades que elas encontraram para quando começou a cursar uma faculdade, como permaneceram até o final, pois ambas vieram de famílias sem condições financeiras, e depois de passarem por uma Universidade o que elas fazem hoje após se formarem em um curso Superior.

O terceiro capítulo fala sobre as Ações Afirmativas no Brasil e em Mato Grosso do Sul, sendo o objetivos dessas políticas públicas de tentar diminuir as desigualdades sociais existentes contra negros e pardos no Ensino Superior, a legislação de cotas em Mato grosso do Sul, a implantação de cotas na Universidade estadual de Mato grosso do Sul no ano de 2003, a Universidade Estadual de Mato grosso do Sul (UEMS) após receber, regulamentar e implementar as leis estaduais que promoveria mudanças em seu

contexto acadêmico, no administrativo, pedagógico e social, por fim a Unidade de Paranaíba e sua estrutura física.

Após fazer um levantamento de pesquisas realizadas nessa área sobre esse tema que será desenvolvido por mim, encontrei apenas dois trabalhos nessa mesma linha de pesquisa: um da professora Maria José de Jesus Alves Cordeiro intitulado Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: Desempenho Acadêmico do Ingresso à Conclusão do Curso e o outro de Vanessa Patrícia Machado Silva: O Processo de Formação da Lei de Cotas e o Racismo Institucional no Brasil, como trabalho de Dissertação para obtenção do título de Mestre da Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais departamento em Sociologia. Pensando a partir desses trabalhos acredito que seria importante desenvolver uma pesquisa nesse sentido na Universidade Estadual de Mato grosso do Sul para que futuramente o meu trabalho sirva de inspiração para outras pessoas que desejam trilhar por esse caminho.

A História Oral enquanto método de pesquisa preocupa-se em aprofundar o conhecimento sobre aspectos de uma determinada realidade até então guardadas na memória dos indivíduos, os padrões culturais, estruturas sociais e também os processos históricos que envolvem o cotidiano das pessoas. O processo de desenvolvimento da pesquisa ocorre por meio de pesquisa bibliográfica, de dados coletados em conversas com pessoas que, relatam suas lembranças pessoais vividas em um determinado tempo do passado, ao qual são eles fatos importantes de suas vidas. Tal metodologia permite registrar a memória viva presente, emoções, o olhar, e os sentimentos de pessoas, expressões, das mais variadas origens culturais presente na sociedade.

Para efeito da pesquisa em que a maioria dos relatos coletados nas entrevistas são de fatos vividos por pessoas que não estão em registros de outros tipos de documentos. Portanto, buscar os dados por meio das narrativas é parte fundamental e tão importante para a elaboração de uma pesquisa e seu desenvolvimento.

A História Oral nos apresenta um campo vasto de variedades para a realização das entrevistas gravadas com indivíduos, e que esses, relatam sobre acontecimentos ocorridos em sua vida ou fatos vividos em sociedade que estão condicionados em suas memórias, bem como aspectos da história contemporânea. Tal metodologia começou a ser utilizada por pesquisadores no desenvolvimento de suas pesquisas nos anos 50, logo após o surgimento do gravador, nos Estados Unidos, Europa e México, e desde então passou a ser instrumento de grande utilidade e difusão para os pesquisadores em suas pesquisas.

Dessa forma, as entrevistas coletadas de História Oral são utilizadas como fonte para compreender o passado, que deve andar juntamente com documentos escritos, imagens e quaisquer outros tipos de registros sobre o passado, que são estimuladas pelo pesquisador que vai ao encontro do sujeito para ser entrevistado a respeito do fato que se quer investigar. Juntamente com outros documentos bibliográficos, memórias e autobiografias, tornam possível uma análise dos indivíduos que interpretam os fatos e acontecimentos de suas vidas em sociedade. Assim, essa forma de pesquisa pode tornar o estudo mais verdadeiro, e dessa forma, facilitar a compreensão do estudo do passado pelas futuras gerações, a experiência de vida de outros indivíduos que relatam o que fizeram como arte do passado.

Com base na metodologia de História Oral, que envolve todo aparato de atividades anteriores e posteriores a gravação dos relatos, e que também precisa antes fazer todo um levantamento dos dados para a elaboração dos roteiros e entrevistas a serem seguidos com os sujeitos. Dessa forma, essa pesquisa se desenvolverá e analisará como essas mulheres negras traçando sua trajetória de vida desde a Educação Infantil até ingressarem na Universidade por meio das ações afirmativas como um conjunto de medidas especiais destinadas a atender grupos discriminados, excluídos socialmente, atuam nesse combate de discriminação dentro da Universidade.

Para colher os dados dessas mulheres negras um questionário socioeconômico foi aplicado para entender melhor o perfil social e compreender um pouco da sua vida, e após análise do questionário farei as entrevistas com essas duas egressas negras que ingressaram no curso superior na Unidade de Paranaíba, colhendo os relatos de suas histórias de vida desde a infância até sua vida adulta.

O Brasil sustenta uma imagem de que sempre foi um país tolerante e democrático e que não cultivava nenhum tipo de segregação racial em relação a uma maioria colocada a margem da sociedade, criando a concepção de mestiçagem que se arrasta ao longo da história como uma repetição, que é repassada de geração em geração. Um dos meios mais utilizados para transmissão e reprodução dessas relações é pelo sistema educacional. As ações afirmativas criadas para combater a discriminação racial, vêm se posicionando e questionando em relação aos brasileiros para que sejam mais críticos em favor de justiça e da diversidade étnica e racial. Assim, as cotas foram instituídas por meio da Lei n. 2.589, de 26/12/2002, que dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas, e a Lei n. 2.605, de 06/01/2003, que reserva 20% das vagas para negros.

As políticas de ação afirmativa reservadas para indígenas, negros e pardos terem acesso ao ensino superior estão presentes na pauta de discussões políticas, sociais e acadêmicas. As cotas buscam promover o princípio da igualdade para esses grupos em sua maioria tão discriminados, é um assunto bastante delicado e polêmico, já inserido desde 2002, nos conteúdos de algumas universidades públicas, estaduais e federais, inclusive na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Consequentemente, as cotas podem e devem ser um instrumento importante e fundamental de transformação na vida dessa parte da população marginalizada, oferecendo a eles as mesmas oportunidades e ferramentas utilizadas pelos brancos para que possam frequentar um curso superior e posteriormente se ascenderem profissionalmente e socialmente, possibilitando mobilidade social e econômica.

Nesse sentido, o Parecer/CNE/CP n. 003/2004, que foi aprovado em 10 de março de 2004, relatado pela Conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, especialista no assunto, afirma que tais ações afirmativas atendem o que foi determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, e também aos compromissos internacionais firmados pelo Brasil com organizações internacionais, com o objetivo de combater o racismo e à discriminação, quais sejam eles, a Convenção da Unesco de 1960, realizada estritamente ao combate do racismo em todas as suas formas de ensino e propagação, e a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Xenofobia e Discriminação Correlatas de 2001.

O objetivo da pesquisa em questão está pautada na História Oral, para pesquisar as histórias de vida de alunas egressas do curso de Ciências Sociais que ingressaram no curso superior pelo sistema de cotas, sua permanência e suas experiências, relatos desde a infância até chegarem no curso superior na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, de Paranaíba, relatando suas trajetórias e dificuldades encontradas para cursar uma Universidade pública. Com base nos seus relatos é que será possível traçar as narrativas dessas mulheres negras enquanto sujeito de suas próprias histórias, para concluir o curso superior e o que fazem depois de passar pela Universidade.

1. HISTÓRIA ORAL: APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

“Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar a subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, porque não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados no divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair os mais profundos de seus segredos”

Paul Thompson

São muitas as finalidades sociais presentes na história, mesmo abordando um lado apenas, é de responsabilidade também dos historiadores, que se mantêm com recursos públicos e que podem também ajudam a escrever a história que é ensinada nas escolas. Conforme Thompson (1992), há uma grande quantidade de historiadores que não se preocupam e nem têm interesse em discutir os problemas sociais ocorridos no passado que possa possibilitar algum tipo de contestação ao sistema social e político, para poder promover uma compreensão em relação a esses problemas contemporâneos e assim, de alguma forma proporcionar mudanças no pensamento e posturas da sociedade.

Ao concordar com a ideia de que o crescimento rápido da História Oral ocorreu na América do Norte, depois da Segunda Guerra Mundial, como apresenta estudos realizados e inúmeros métodos como entrevistas, pesquisa documental, mapeamento e estatística, bem como o método da história de vida, os resultados desses estudos foram essenciais para compreender os problemas sociais urbanos.

Foi nos Estados Unidos com base nos relatos sobre as memórias de personalidades que fizeram parte da história norte-americana, surgiu a Oral History Association, e pouco depois em 1948, é que foi instituída a História Oral como um método moderno de documentação histórica que se estendeu por muitas décadas, e em 1970, o método foi pensado para atender outras histórias.

Assim, pode se dizer que o papel da História Oral é determinado pelas relações de poder estabelecidos dentro da academia com uma finalidade diferente da tradicionalista, onde sua função é escrever não apenas uma, mas uma das inúmeras versões da realidade, conforme Thompson “A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se

recrie a multiplicidade original de pontos de vista (THOMPSON, 1992, p. 25).’ Dessa forma, ao compreendermos que desmerecer essa história real, talvez seja um dos conceitos que não se pode negociar do historiador oral.

No Brasil, a História Oral foi inserida na década de 1970, com a criação do Programa de História Oral do CPDCOC, e a partir dos anos 1980, houve uma grande movimentação em torno da História Oral possibilitando o seu crescimento. No ano de 1994, criou-se a Associação Brasileira de História Oral, com a reunião de membros de todas regiões do país, com encontros regularmente regionais e nacionais, para a reprodução de uma revista e boletim. Em 1996, foi criada a Associação Internacional de História Oral, com a realização de congressos que ocorrem duas vezes ao ano e também com uma revista e um boletim.

As entrevistas de recuperação de memórias em História Oral são vistas como uma das mais importantes fontes para uma melhor compreensão do passado, juntamente com documentos escritos e outros tipos de registros. Possuem uma característica própria de serem produzidas por incentivos, uma vez que o pesquisador procura o sujeito a ser entrevistado para fazer perguntas e ouvir seus relatos acerca daquilo a ser investigado. Por fazerem parte junto aos documentos que possibilitam compreender como os sujeitos interpretam os acontecimentos vividos por eles em determinado tempo de sua vida. Isso transforma o estudo da história real e mais próximos, proporcionando a compreensão da memória do passado vivida por outros para as futuras gerações.

O historiador italiano Carlo Ginzburg desenvolveu um método de pesquisa ao qual se refere as origens que consiste em levantar e investigar pistas, sinais ou indícios em relação fenômenos da realidade ao qual ele deu o nome de Paradigma Indiciário.

A pesquisa relacionada a raízes do Paradigma Indiciário permitiu constatar que a realidade não reflete luz e mesmo assim existem zonas privilegiadas, sinais, indícios que são tão importantes e que podemos decifrá-la. O método criado por Ginzburg consiste em uma pesquisa que investiga os detalhes, indícios, pistas e sinais como uma ferramenta de pesquisa. O paradigma indiciário é um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos possibilitando uma compreensão do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios acerca do objeto a ser investigado.

O paradigma indiciário de alguma forma incentivou a Micro-História, ao qual as pesquisas sobre um determinado objeto possuem recorte microscópico, que explora o objeto até a exaustão, para que possa revelar o universo de uma determinada sociedade. O paradigma indiciário pode ser a metodologia tradicional para os estudos de micro

história, o método pode servir de ajuda aos historiadores porque ocupa-se de descobertas e investigação de vestígios que passaram despercebidos, os quais podem revelar inúmeros significados de pensamentos, desenvolvendo olhares dos historiadores em relação aos documentos na condução de pesquisas históricas.

Quando um pesquisador se dispõe em desenvolver um trabalho em História Oral, para o caminhar dessa pesquisa há um grande envolvimento de atividades anteriores e posteriores para coletar os depoimentos. Primeiro é necessário antes da pesquisa e o levantamento de dados para então preparar o caminho a ser seguido para a entrevista.

Alguns especialistas em Biblioteconomia e Documentação, bem como cientistas sociais, buscam sempre por novas estratégias para criar suporte de documentação para as pesquisas desenvolvidas na área de Ciências Sociais. Para tanto, é necessário que os grupos de pesquisas se dividam conforme seus interesses e temáticas pretendidas, buscando reunir um grande número de entidades e pessoas, que possam se juntar para que esse estudo avance, propor ideias, coordenar, direcionar e executar os projetos que serão destinados às áreas específicas.

Em meio a esse cenário, o Centro de Documentação de História Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, exerceu um papel importante. Com eles originou-se um grupo de História Oral com grande destaque e lideranças em meio aos cientistas e também ao produto das pesquisas. O principal objetivo era o de preservar os documentos essenciais e importantes aos estudiosos das Ciências Sociais, com um único fim de promover, coordenar e divulgar a documentação, com incentivo de cooperação entre os especialistas e cientistas sociais do país e também exterior.

Em relação a influência externa é comprovada em 1975, quando se organizou o primeiro curso de História Oral em nível de pós-graduação, pela Fundação Ford e CAPES e aplicado por professores norte-americanos. Assim, os principais objetivos do curso era promover discussões acerca das linhas básicas que norteiam a metodologia de História Oral conforme estabelecidos pelo Programa de História Oral da Universidade de Columbia e tornar conhecido um meio de implementar programas de História Oral também em outras universidades e centro de pesquisas brasileiras.

Assim, os resultados começaram a surgir logo após a realização do curso, alguns dos participantes se comprometeram a colocar em prática uma rede de programas em História Oral em suas instituições universitárias ou centros de pesquisa, com ênfase e de grande importância a investigação dos temas de interesse local. Dessa forma, os novos projetos de pesquisas que viriam acontecer tinham como objetivo principal o acúmulo de

arquivos em depoimentos orais coletados, tendo em vista organizar uma nova forma de documentação. E assim, com base nisso tudo, começaram os primeiros passos para o estabelecimento do método da História Oral, muito importante para a realização das pesquisas no Brasil.

Depois de duas décadas, uma pesquisa mostrou o resultado dessas iniciativas pioneiras como positiva, ainda que muito para além das pretensões ao qual se pretendiam chegar na época. Apenas alguns dos programas e dos projetos que seriam criados foram desenvolvidos e concretizados. Algumas instituições que se propuseram criar uma rede de programas de História Oral em diferentes instituições com o intercâmbio regular entre os pesquisadores da área, não conseguiram implantar e muito menos colocar em prática, fazendo com que os projetos não se concretizassem. Portanto, a ideia de execução dos programas institucionais se tornou irregular, pois nem todos conseguiram atingir as metas e apenas algumas dessas iniciativas atingiram seu objetivo para se firmar e construir acervos importantes.

Nas últimas décadas do século XX, as pesquisas em História e em outras áreas das Ciências Sociais, se baseou em um dos paradigmas estruturalistas, tornando uma barreira na propagação da metodologia. Conforme os Historiadores relataram em suas discussões, a importância de se identificar as relações que lideravam os mecanismos econômicos e políticos que organizavam as relações sociais responsáveis pela forma que os discursos eram conduzidos na sociedade.

Nesse sentido, a História Oral como uma metodologia de pesquisa se desenvolveu nas últimas décadas, em razão do grande número de pesquisa no presente sobre o passado e também por pesquisadores que a utilizam evidenciando inúmeras questões teóricas, metodológicas e técnicas. O destaque da metodologia é de grande importância para se fazer uma elaboração da trajetória da memória social como objeto de pesquisa para uma nova forma de compreensão de um passado recente, reconhecendo a opinião particular do próprio indivíduo como uma nova fonte de pesquisa. Conforme Alberti:

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história, ao romper com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer, de forma inequívoca, que o passado é construído segundo as necessidades

do presente, chamando a atenção para os usos políticos do passado (Alberti, 1990, p. 16).

Diante dessa outra forma de apresentação para se fazer trabalho em História Oral em torno da realidade brasileira, estabeleceu um novo contorno importante ao perfil da pesquisa, quanto ao acrescentar e integrar o estudo do tempo presente. Assim, os relatos biográficos com reunião diferente em várias perspectivas que se unem entre si no tempo e no espaço de cada experiência individual ou coletiva.

A História Oral permite que esses sujeitos de diferentes segmentos sociais e excluídos da história oficial sejam ouvidos, e seus registros, sirvam para análises da sua própria visão de mundo, bem como a do grupo social ao qual vivem. A classe hegemônica possui características distintas ao escrever e interpretar a história, o mesmo não ocorre com a classe não-hegemônica em sua escrita para relatar os obstáculos ocorridos em sua vida.

Quando realizamos uma investigação o primeiro passo é construir um projeto de pesquisa, que deve constar os objetivos pretendidos para o desenvolvimento e que nortearão o trabalho científico, a escolha dos sujeitos para participar da entrevista, procedimentos a serem seguidos e a forma que essa investigação será apresentada para a publicação ou não do trabalho, conforme Alberti:

Se partirmos do pressuposto de que a História Oral é uma metodologia de trabalho, é evidentemente necessário que ela esteja ancorada a uma atividade de pesquisa. Primeiramente, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. A História Oral só começa a participar dessa formulação no momento em que é preciso determinar a abordagem do objeto em questão: como será trabalhado (Alberti, 1990, p. 12).

A metodologia da História Oral tem como base as narrativas dos sujeitos e usa como seu principal instrumento a fonte oral, que permite durante a entrevista coletar os dados. Possibilitando ao pesquisador a produção do documento para esclarecer o real, mesmos com formas diferentes de apresentação do documento pode acontecer no decorrer das entrevistas ocorrer novas maneiras de interpretar a temática do que aquelas pretendidas, mesmo que seja na forma de olhar, do lugar social, dos interesses, e outros. Para tanto, é

preciso que o pesquisador realize além da elaboração das primeiras linhas dos manuscritos, uma crítica interna e externa simultaneamente antes da realização das entrevistas. Dessa forma, pode-se analisar e avaliar o documento e sua possível efetivação, e assim corrigir possíveis falhas e excessos que venham ocorrer durante todo o processo do andamento da pesquisa.

As fontes orais estão para além do horizonte na forma de se expressarem como simples pilares das formas em relação as escritas tradicionais, pois são diferentes na sua constituição interna. Mesmo com uma enorme variedade, as fontes orais escritas se baseiam na oralidade que na maioria das vezes encontram-se carregada e saturada de escrita. A oralidade também pode se apresentar diferente quando concede alternativas para que possa compreender seus significados que o narrador colocou e que os mesmos não ocorrem na escrita. Os significados do discurso para Portelli:

[...] mostram-se contraditórios, conforme a entonação conferida pelo relator, principalmente quando há observância rígida das regras e lógica gramaticais, sem se atentar para o teor emocional existente nos conteúdos das narrativas, quanto a velocidade, pausa, pontuação, intenção, mudanças de discursos e oscilações, que se desvelam mais pelo ato de ouvir, que descreve (PORTELLI, 1997, p. 28).

Assim, compreende-se o movimento encontrados nas fontes orais como um instrumento de falar algo mais sobre os significados do que de estabelecer uma análise sobre os eventos, o que revela que há uma grande diferença quanto a escrita padrão, utilizada em textos objetivos e estáticos.

Há ainda um elemento importante quanto a subjetividade exposta nas fontes orais, é o fato de não serem naturais, instáveis e incompletos, pois as fontes orais além de revelar tudo sobre o que o sujeito social fez e também o que ele gostaria de fazer, é importante lembrar que neste processo nem tudo o que o sujeito viveu poder ser visto novamente, por isso a necessidade de uma seleção feita pelo narrador, envolvendo o recordar.

De certa forma, tudo o que for obtido é resultado do encontro entre pessoas conscientes da objetividade desse encontro e da subjetividade. Somente com História Oral é possível que o pesquisador se ausentasse do ambiente acadêmico, local esse que transformava as entrevistas simplesmente em um suporte documental, em pesquisa social e histórica.

A riqueza inesgotável do depoimento, como fonte não apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana, de suas relações com a sociedade organizada, com as redes de sociabilidade, com o poder e o contra poder existentes, e com os processos macroculturais que constituem o ambiente dentro do qual se movem os atores e os personagens deste grande drama ininterrupto – sempre mal decifrado – que é a História Humana (Alberti, 1990, p. 8).

Assim, a entrevista ganha um contorno maior quando começa a ter uma parceria entre entrevistado e entrevistador, isso faz com que haja uma participação maior de ambos quanto aos questionamentos, compreensão e também uma melhora do objeto de pesquisa que será o resultado final alcançado dessa relação. Portanto, a entrevista é construída pela relação entre esses dois indivíduos, da experiência de vida de cada um, quando expõe suas histórias de vida rememoradas e compartilhadas em uma dimensão de tempo e espaço. Ambos compartilham da mesma visão que os fatos aconteceram em um determinado momento histórico que aconteceram em suas vidas e as relações que por acaso existiram em algumas circunstâncias.

Quando o indivíduo concorda e se coloca à disposição para responder às perguntas do pesquisador, de imediato é levado a fazer uma rememoração para que ele relembre de acontecimentos que ocorreram em outros tempos e lugares do passado da sua vida, ali naquele momento onde ele se encontra no tempo presente. Quando se volta no tempo passado o sujeito vai e volta várias vezes, pois as lembranças que o sujeito traz à tona serve de sustentação para o tempo presente, portanto, cada lembrança do sujeito entrevistado está sempre relacionada com uma outra e que essa não possui nenhum vínculo com a anterior.

Ao realizar uma entrevista é preciso dar espaço e deixar que o entrevistado fale tudo o que sentir vontade, prestando atenção em determinados fatos que necessite um aprofundamento maior e que certamente serão importantes para o desenvolvimento da pesquisa no decorrer da entrevista. Antes de sair para coletar os relatos de uma história de vida, é preciso fazer com que o entrevistador faça uma breve reflexão de sua vida bem antes de realizar a entrevista.

O trabalho de pesquisa necessita uma visão maior do que está acontecendo a sua volta, compreender e relacionar os fatos narrados pelo sujeito a outros contextos sociais ao qual esse sujeito está inserido e que talvez possa revelar elementos importantes para sua pesquisa, partindo da micro realidade até a universalidade social, da condição atual até a estrutura, pois é no indivíduo que se encontra uma fonte de dados importantíssima e necessária para a compreensão dos fatos.

Por serem elementos socialmente construídos a memória e a representação descrevem recordações parecidas, muitas delas contraditórias a outras ou sobrepostas, mas não são iguais, pois cada indivíduo é diferente um do outro e carregam em sua identidade um olhar característico de cada um.

Paul Thompson, em sua obra *A Voz do Passado*, afirma que a História oral enquanto um método para incentivar os historiadores a se perguntarem em relação ao seu objeto de pesquisa, questiona o que estão trabalhando e fazendo nesse sentido para saber a quem pertencem a voz do passado a qual estão buscando para então atribuir outros sentidos e significados para a História. De acordo com ele, ao passo que o trabalho se desenvolva, a História Oral se encontrava no desenvolvimento de uma história mais socialmente e mais democrática. “Nesse sentido, a História Oral podia levar os historiadores a tomarem consciência de que sua atividade se exerce, inevitavelmente, dentro de um contexto social e que tem implicações políticas” (Thompson, 1992, p.10). E mais o autor considerou que o trabalho historiográfico a partir da evidência oral:

Pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não é só mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. (THOMPSON, 1992, p. 137).

A História Oral como metodologia de pesquisa que têm como objetivo ouvir e registrar vozes de sujeitos que foram excluídos da história oficial e inseri-los novamente dentro dela. Assim, alguns autores da História Oral têm destacado o quão importante

realizar o trabalho em conjunto e a relação entre pesquisador e pesquisado. O sucesso da entrevista ocorre quando há uma preparação para a realização da mesma antes dela ser realizada, e quando há um contato com a realidade a ser destacado pelo entrevistador e o sujeito a ser entrevistado. Conforme Thompson:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história. (THOMPSON, 1992, p. 44).

Conforme podemos observar acima, a história oral é um método para interpretar a história e as mudanças que ocorreram ao longo da história na sociedade e culturas, por meio dos relatos orais presentes nas lembranças e nas experiências dos indivíduos, e dessa forma, são registrados pelo sentido oral do pesquisador que registra todos esses relatos. Assim, podemos ver que tanto a história oral como um método de pesquisa, quanto a memória, como o objeto de estudo, podem fazer uma aproximação do historiador a temática histórica que ele estuda, ou seja, seu objeto de pesquisa, apreendendo a imagem lembrada do passado de um determinado contexto histórico datado e com muitas características específicas que fazem enriquecer sua pesquisa.

Ao realizar uma entrevista, o sujeito que está sendo entrevistado pode fazer uma reflexão sobre suas práticas e até reformulando e organizando suas ideias diante daquele que está perguntando e escutando suas falas. Para Thompson:

Os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito do que perguntar. A entrevista propiciará, também um meio de descobrir documentos escritos e fotografias, que de outro modo, não teriam sido localizadas (THOMPSON, 1992, p. 25).

A pesquisa permite o compartilhamento de experiências e aproximação entre o sujeito que está sendo entrevistado e o pesquisador, levando em consideração que os interesses de ambos são diferentes em uma entrevista. O interesse do pesquisador é ouvir tudo o que foi perguntado e registrar as falas de acordo com o tema que está sendo estudado por ele, para o entrevistado o interesse é relatar todos os fatos acontecidos e que para ele é importante e por isso deve ser narrado por ele.

Para o pesquisador somente interessa aquilo apenas que for relevante para o desenvolvimento de sua pesquisa, mas isso não quer dizer que ele vai ouvir e registrar somente aquilo que interessa, deve ouvir tudo o que está sendo narrado sem interromper e fazer observações, e depois utilizar somente o que lhe for necessário. Ao realizar a pesquisa pode-se fazer recortes das partes do todo que interessa aos objetivos do tema estudado pelo pesquisador, respeitando as narrativas feitas pelo entrevistado. É a ética profissional entre o pesquisador e o entrevistado e também com a pesquisa, procurando respeitar e ser fiel aos relatos do entrevistado e nunca desviar os fatos. Ao pesquisador cabe fazer uso apenas daquilo que for importante para sua pesquisa, destacando o que for mais importante e descartando o que não atende aos seus interesses.

Outro elemento importante da metodologia da História Oral, é rememoração como parte importante dos sujeitos ao relatar seu passado, mesmo que recente a partir daquilo que foi vivido até o presente. Refletir sobre o que foi narrado e sobre si mesmo e o que foi vivido no passado.

[...] a História oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992, p. 17).

Assim, a História Oral como um processo rememorativo possui papel importante nos estudos das histórias de épocas passadas, mesmo que não sejam tão distantes como nos estudos realizados no final do século XX.

A discussão e o debate são de fundamental importância presentes na forma de estudos presentes na História Oral. De acordo com Portelli, a comprovação está na presença do pesquisador em campo com os sujeitos e por meio do material recolhido pelo pesquisador dos seus entrevistados. Ou seja, é um discurso dialógico por parte dos entrevistados com a análise da fala desses sujeitos pelo pesquisador que afirma alguma coisa em função do que foi dito pelo outro. O autor explica que “[...] podemos definir a História Oral como o gênero do discurso no qual a palavra oral e a escrita se desenvolvem conjuntamente, de forma a cada um falar para a outra sobre o passado” (PORTELLI, 2001, p. 13).

É importante deixar claro que, a escolha para desenvolver trabalhos com fontes orais na História Oral, não coloca de lado os trabalhos com utilização de documentos escritos como as fontes bibliográficas. O ponto de vista central que a História Oral assume é o diálogo que se faz necessário com outras fontes de pesquisas além das orais, uma está relacionada com a outra. Sobre a ética na pesquisa Portelli ressalta que:

[...] o compromisso com a honestidade significa, para mim, respeito pessoal com aqueles com quem trabalhamos, bem como o respeito intelectual pelo material que conseguimos; compromisso com a verdade, uma busca utópica e a vontade de saber “como as coisas realmente são”, equilibradas por uma atitude aberta às muitas variáveis de “como as coisas podem ser” (PORTELLI, 1997, p. 15).

Deste modo, a História Oral nos possibilita incluir sentimentos, ações e informações que nos ajudarão no campo historiográfico, reconhecendo sua importância enquanto um método para visualizar e tecer pontos de vista variados em relação a um determinado fato histórico, nesse caso, a representação desses fatos com base em um conjunto de valores históricos do entrevistado, do pesquisador e também de quem vai ler.

Ao fazer uso do depoimento oral, o historiador precisa compreender e atentar que está adentrando no íntimo da memória de um indivíduo que até então só ele conhecia, pois irá obter por meio dos relatos uma interpretação acerca do passado e que constitui a

natureza de algo relacionada as questões sociais, os quais são lembradas por um aspecto pessoal, pois o sujeito possui capacidade de rememorar. A esse respeito Portelli descreve:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem verdade, como as vozes – exatamente iguais (1997, p.16).

Ao lembrar seu passado o sujeito é influenciado pelos objetivos que compõem a pesquisa e que o pesquisador já relatou, por meio do tempo da narrativa que é diverso do tempo histórico, pelas questões sociais e individuais presente na memória desses sujeitos. A memória quando lembrada traz à tona os acontecimentos que ocorreram no passado, mas com elementos que estão em relação com o presente, dando ao sujeito meios necessários para construir uma imagem referente a si, e como ele vai querer ser lembrado por meio delas.

Assim, a memória é um processo de racionalização do passado, relatada pelo sujeito de acordo com o que ele pensa ser característico em relação a sua pessoa. Mesmo que ele sofra influências coletivamente, ele tem por meio da rememoração o que deseja ser lembrado de sua trajetória, confirmando suas escolhas ao relatar suas memórias. Mesmo levando em consideração suas lembranças que são representações do indivíduo em relação a um acontecimento, elas possuem uma riqueza de fatos históricos que para o indivíduo não têm importância alguma, mas que para o pesquisador pode ser o elemento que faltava na sua pesquisa e que revelam inúmeras forma de ver o passado, ou seja, uma visão do indivíduo em relação a si e também do grupo em que ele pertence.

O depoimento do sujeito sobre os fatos passados que gostaria de ser lembrado sobre o ocorrido, nesses relatos é possível ao historiador perceber elementos importantes sobre a cultura, costumes, interesses e opiniões de determinados grupos sociais. Pois, “[...] até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade” (PORTELLI, 1997, p. 25).

Assim sendo, a fonte oral precisa se tornar histórica e possa ser discutida com as demais fontes de pesquisa existentes, deve ser analisada pelo historiador e também precisa ser contextualizada para que o depoimento do sujeito não seja visto na pesquisa como

uma verdade absoluta, reconhecendo nas suas alterações os significados que até então quer empregar.

[...] a História oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos. (ALBERTI, 1989, p. 4).

Nesse sentido, a História Oral possibilita a compreensão das inúmeras narrativas e que essas revelam que não há uma verdade única, já que a sociedade é composta por diversos grupos sociais que eventualmente participam de um mesmo período histórico, mas que cada um possui uma visão diferente do mundo e dos fatos que ocorreram naquele contexto e até mesmo compartilhando de experiências de vida que compõe o todo.

Portanto, para esses questionamentos o pesquisador deve se certificar que trabalhando História Oral ele precisará coordenar suas especificidades, precisa ter uma melhor compreensão das questões que vão muito além do tema escolhido e dos sujeitos entrevistados, bem como o momento da entrevista e as discussões sobre memória.

Ao escolher trabalhar com História Oral, precisamos ter em mente que a pesquisa será feita em conjunto pelo pesquisador, só ele poderá orientar o questionamento e trazer para sua pesquisa elementos que serão importantes para o seu objeto de pesquisa e sua historiografia, portanto, o pesquisador será o único responsável por sua capacidade de produtividade sobre seu trabalho a ser desenvolvido e também pelo seu possível fracasso, e o entrevistado é que sabe o que vai falar e o que não deve falar, como será a construção de si.

O pesquisador levará em conta o resultado de sua pesquisa em que foi utilizada a história oral e tomará as cabíveis decisões necessária em relação ao seu trabalho se os resultados foram satisfatórios, bem como o entrevistado, levando em consideração que a escolha dos sujeitos a serem entrevistado para responderem aos seus questionamentos cabe apenas ao pesquisador, pois o objeto de análise em questão é do pesquisador.

Para a realização de um trabalho histórico com sucesso baseado nos depoimentos orais só será possível diante da vontade do pesquisador, ele precisa delimitar seu tema e seus personagens, colocando em seu trabalho todo seu esforço, conforme explica Certeau (1982, p. 65-119), pelo lugar social, pela prática científica e pela escrita. Numa pesquisa histórica não se pode considerar apenas questões sociais do sujeito entrevistado, essas irão sim influenciar na pesquisa de história oral, mas também levar em conta as relações sociais que pesquisador possui acerca do tema que foi delimitado por ele e seus personagens.

O depoimento é muito utilizado pela História Oral para colher declarações de sujeitos sobre determinado acontecimento ao qual fez parte. Para fazer o registro e depois a análise do depoimento é necessário considerar tudo que o entrevistado demonstrou em suas declarações, pois o que foi descrito pelo sujeito não pode ser entendido apenas como reprodução da realidade e muito menos como uma falsificação dela. Cada narrativa feita pelo sujeito é uma construção que parte de uma realidade conhecível de cada vivência por parte do entrevistado, permitindo interpretar a vida de cada sujeito entrevistado.

Para compreender a história do outro é preciso muito mais que ouvir seus relatos do passado, no mínimo ter a sensibilidade de se pôr no lugar do outro para tentar compreender o que ele está relatando, não apenas conhecer os seus sentimentos, mas também poder verificar se tudo que ele está relatando lhe fará bem ou mal e se ele poderá vir a sofrer ao relatar sua trajetória de vida passada. Saber colocar-se no lugar social do seu objeto e se sensibilizar com ele, é um passo importante para poder reconhecer e analisar o ponto de vista, as expressões desse sujeito.

Ao narrar suas histórias nenhum personagem irá expor seus relatos sem analisar as consequências que surgirão tanto no lado positivo quanto no negativo. Ao fazer um depoimento oral tudo que irá ser narrado pelo sujeito são questões de natureza privada, ou seja, é história de vida desse sujeito que irá ser relatada que irá mexer com seu emocional, e essas questões são muito delicadas porque envolvem pessoas vivas e tudo que for relatado por esse sujeito poderá ter consequências para ele em sociedade. Ao expor sua opinião em relação a suas crenças e valores do entrevistado, percebemos a importância que essa opinião traz para o trabalho com a História Oral, é ele que determina o que ele quer ou não falar sobre determinados assuntos, a sua avaliação positiva ou negativa depende do pesquisador em relação ao entrevistado.

O sujeito entrevistado procura dar um sentido a sua própria trajetória de vida, pois ele constrói uma narrativa em cima dos fatos para aquele momento específico,

apresentando uma relação em seus relatos quase impossível, mas que para aquele fim é socialmente viável. Para o autor Portelli (1997, p. 9-36), este discurso apresentado é apenas o começo, onde o historiador deve-se voltar com suas discussões e corretivo, confrontando as fontes e colocar determinados acontecimentos em um contexto histórico ao seu objeto e então poder entrar na representação da história que aquele personagem apresentou. Para o desenvolvimento do trabalho em história Oral é importante saber que o entrevistado torna visível suas histórias, opiniões, a partir do seu ponto de vista e não do entrevistador, uma vez que o outro está disposto a ouvi-lo.

Para o historiador isso pode não ser tão importante, mesmo não sendo esse o objetivo do seu trabalho, para o sujeito entrevistado isso é um fato relevante, uma forma de se manter vivo, ao expor suas histórias ao outro ele imagina que possa ser importante para a sociedade. Ao entrevistado é preciso informar quais são os objetivos da pesquisa a ser realizada, para que ele possa compreender quais hipóteses serão levantadas e em qual espaço ele pode ser inserido nesse contexto.

Ocorre que, quando o pesquisador adentra na privacidade do entrevistado para buscar à tona questões de sua vida que muitas vezes o sujeito prefere não lembrar, precisa de cuidado e de um ambiente adequado e confortável para que o entrevistado se sinta bem e poder falar ou não das suas histórias sem forçá-lo. Um ambiente que possa estar relacionado com as narrativas do entrevistado e que possam ajudar na rememoração do passado, com objetos e fotos que estejam relacionados com o passado possam ajudar na recordação do tema sugerido.

Para tanto, ao realizar uma entrevista de História Oral, não é suficiente chegar no entrevistado com um roteiro pronto e começar a perguntar, é preciso estar atento as suas respostas criar um ambiente propício e só depois de um tempo iniciar novas questões. Um cálculo mal feito ou falta de atenção pode comprometer e colocar tudo a perder o trabalho de pesquisa. Quando estabelecer um diálogo com o entrevistado, cabe ao pesquisador extrair as respostas necessárias para a realização da análise do objeto de forma simples e natural.

A abordagem temática ou história de vida escolhida precisa vir antes do trabalho em campo precisa antes de uma preparação. Ao decidir por fazer uma entrevista temática, ao qual um evento, ou período será o ponto central do trabalho, fazendo com que o entrevistado aborde somente sobre o assunto escolhido, ou seja, a história de vida. Assim, o ponto central será o próprio indivíduo situado na sua própria história e a importância dada a sua trajetória de vida enquanto isso for importante para a pesquisa, podendo a

história de vida desse sujeito apresentar diferentes contextos durante a entrevista. Portelli (1997) destaca que, o trabalho de campo é fundamental para a realização da História Oral:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e antropologia – a padrões culturais, estruturais sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em ciências, por meio de conversas com pessoas sobre as experiências e memórias individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História oral é, por definição impossível sem ele (PORTELLI, 1997, p. 13).

Depois de escolher como será a forma de abordagem da entrevista, é preciso que o pesquisador observe outros aspectos importantes para a realização do trabalho em história oral, como conduzir a entrevista por meio de diálogo, extrair as respostas com cuidado de forma sutil e sempre se colocando no lugar do outro, compreender seu pensamento, assim como sua cultura e sua condição social, o contexto ao qual ele pertence e só depois poder fazer conclusões em relação ao sujeito e sua condição social em que está inserido e conseguir explicar.

Está claro que a fonte oral cria uma ponte entre pesquisador e entrevistado, por conta dos inúmeros contatos que serão feitos para a realização das entrevistas, e isso vai aproximando os envolvidos garantindo o processo de andamento da pesquisa. O trabalho em história oral enquanto produção de conhecimento histórico e científico precisa ser compreendido porque apresenta uma necessidade de abordagem crítica com métodos que impeçam que a narração dos fatos se torne apenas uma forma descritiva, nesse caso o pesquisador deve respeitar a narrativa que o entrevistado utilizou compreender a situação para depois dominar o tema.

Assim, o resultado obtido do trabalho em história oral, ao historiador cabe fazer com que o discurso em relação a determinado grupo ou indivíduo possa também chegar a outras comunidades para que sejam conhecidos além de proporcionar aos entrevistados uma reflexão sobre o que foi relatado por eles sobre si mesmos de sua vida. Isso é o trabalho de restituição, a entrega dos resultados obtidos na pesquisa, conforme Portelli:

[...] aquilo que realmente restituímos é uma oportunidade para as pessoas com quem conversamos organizarem seus conhecimentos com maior clareza: um desafio para aumentarem sua consciência, para estruturarem aquilo que já sabemos – processo que começa com a entrevista e continua, à medida que se defrontam com nossas conclusões. (PORTELLI, 1997, p. 30).

O trabalho em História Oral possibilita ao pesquisador contribuir com grandes resultados que somente com as fontes de pesquisas tradicionais seria impossível de conseguir. Revelando em suas entrevistas as estruturas e complexidade das ações e reações dos sujeitos entrevistados, aproveitando ao máximo daquilo que foi relatado por eles é mais importante para o seu estudo, valorizando a história oral.

Conforme a autora Verena Alberti trata-se de como pensar a interpretação das palavras, ao qual “consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo e em acreditar que as coisas [...] têm um sentido latente, ou profundo, a que se chega pela interpretação” (Alberti, 2004, p. 18). O diálogo entre o pesquisador e o entrevistado podem desencadear narrativas durante a entrevista da história oral e que mais tarde poderão se transformar em narrativas histórica de acordo com a forma de agir e pensar do pesquisador em relação a suas fontes, reunindo pequenos pedaços de um passado vivido, dando novas formas e construindo sentidos. Para a autora:

Que a História Oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como ‘construções’ desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive entrevistas). Antes de tudo, é preciso saber ‘ouvir contar’: apurar o ouvido e reconhecer esses fatos, que muitas vezes podem passar despercebidos. (ALBERTI, 2004, p. 10).

As narrativas são vistas como experiências relatadas por meio do diálogo nas entrevistas ao qual os sujeitos descrevem os acontecimentos de sua vida na história contemporânea, e são repassados ao entrevistador pelo entrevistado, por último é constituído na entrevista em sujeito da narrativa por meio do diálogo. O sujeito entrevistado ao relatar suas experiências transforma o que foi vivido por ele no passado em linguagem, “selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (Alberti, 2004, p. 77). Dessa forma, o entrevistador ao ouvir os relatos dos sujeitos entrevistado logo em seguida os transforma em fatos possíveis de serem historiográficos. Conforme a autora:

As narrativas na História Oral (e não só elas) se tornam especialmente pregnantes, a ponto de serem ‘citáveis’, quando os acontecimentos no tempo se imobilizam em imagens que nos informam sobre a realidade. É neste momento que as entrevistas nos ensinam algo mais do que uma versão do passado. Nem todas apresentam essas possibilidades, mas quando apresentam, podem se tornar ricos pontos de partida para a análise. (ALBERTI, 2004, p. 89).

Para a autora o conceito de narrativa possui um sentido mais amplo, e não somente os relatos de uma ação solta, pois mesmo que o conceito muitas vezes é designado para o desenvolver de uma ação que termina diferente de como começou, é necessário tê-lo como um trabalho de linguagem que produz racionalidades.

Assim, para nós pesquisadores a entrevista é a parte mais importante e cheia de elementos ricos ao se relatar a experiência de vida para a pesquisa, concreta, histórica, muitas vezes não estão conscientes no momento de relembrar o passado ou apenas uma lembrança vaga e incompleta.

O que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação. [...] No caso de entrevistas de história oral, ele também requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos. (ALBERTI, 2004, p. 18-19).

O contato entre entrevistado e entrevistador acontece no momento da realização da entrevista. Quando se entra em contato com o sujeito para ouvir suas narrativas, cria-se uma fonte especial que pode mostrar as ações de um determinado grupo ou indivíduo “de modo a conservar a identidade e a construir os significados da sociedade” (ALBERTI, 2004, p. 21). Assim esses diálogos se tornam muito proveitosos com essa relação, conforme a dinâmica da narrativa da História Oral:

Ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações. (ALBERTI, 2004a, p. 19).

A realização da leitura de uma entrevista de relatos de histórias de vidas dos sujeitos não é fácil. Primeiro passo é a delimitação de um problema de pesquisa, pois é somente a partir de seus interesses que o pesquisador poderá reorganizar todas as narrativas rememoradas pelo entrevistado, cada vida é diferente uma da outra e possui lembranças diferentes que deverão ser organizadas de formas diferentes uma da outra.

Quando se trabalha com conjuntos de depoimentos, todos contribuíram de uma forma ou de outra com a pesquisa, complementando informações que podem ser importantes e trazer elementos necessários para a construção do contexto social em que a pesquisa se refere.

A leitura de um depoimento deve seguir alguns passos importantes como: fazer primeiramente a leitura para a elaboração da trajetória de vida do entrevistado, depois, é preciso delimitar a ser trabalhado na narrativa, quando se trabalha com um conjunto de depoimentos é preciso estabelecer relações quanto às narrativas individuais, é evidente que se faz necessário identificar as características de cada depoimento em relação ao tema proposto pela investigação; assim que o tema for delimitado, é preciso desenvolver novas leituras tão necessárias para identificar elementos secundários que possam delimitar os depoimentos para que seja possível comparação de cada um, depois de reorganizado os depoimentos pautados nas informações anterior é que se pode fazer a conclusão se a rede

tecida pelo sujeito entrevistado terá condições de identificar qual foi a verdadeira intenção do entrevistado em ter relatado e contribuído com suas lembranças.

Em relação a textualização que precisará seguir leituras e escutas diferentes, e sempre que necessário fazer possíveis intervenções nas pontuações da linguagem escrita, mas sempre preservando os sentidos originais da narrativa e nunca desviando os fatos. Porém, a construção da narrativa tanto pela fala como pelo diálogo que se estabelece entre os indivíduos envolvidos construídos na extensão de sua globalidade, não é “como um tabuleiro em todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes e que vão se encontrando à medida que os fatos são relatados e que formam um todo coerente depois de reunidos” (PORTELLI, 1997, p. 16). Dessa forma, que se pode realizar os trabalhos nas pesquisas em histórias da educação, com o uso de entrevistas e produzindo conhecimentos pela narrativa.

A História Oral como metodologia que incentiva e busca a produção de narrativas dos fatos, compreensão dos contextos em que foram inseridos e experiências de vida, permite compor a historiografia por meio desses diálogos produzidos, traz em seu interior a organização e realização das entrevistas permitindo a rememoração das experiências vividas por parte do sujeito favorecendo assim, por meio do diálogo ocorridos que o pesquisador produza seu objeto historiográfico.

Nessa direção, a História Oral como metodologia permite o registro e mantém as vivências e lembranças dos sujeitos que concordaram em narrar e compartilhar suas memórias com uma outra pessoa, possibilitando um conhecimento mais amplo por meio de seus relatos que de outra forma, não conseguiríamos conhecer.

O método em História Oral permite vivenciar um passado distante ou não, por meio do diálogo com inúmeras possibilidades de escrever uma nova trama para os acontecimentos do passado. Assim, nessa nova forma de produzir conhecimentos a História Oral procura abordar a subjetividade, memória, discurso e diálogo dos sujeitos. Assim, o que se cria “é um texto dialógico constituído de múltiplas vozes e interpretações: as múltiplas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores”. (PORTELLI, 1997, p. 26-27).

Portanto, a História Oral enquanto um método para se fazer pesquisa qualitativamente, é uma das formas mais importante e utilizada para a busca de conhecimentos tanto nas áreas humana quanto social. A compreensão dos significados do objeto de pesquisa por meio dos relatos de história de vida, proporciona um encontro entre o entrevistador e o sujeito que será entrevistado, recuperando a apresentação da

existência humana dos envolvidos nesse encontro. Da mesma forma em que o sujeito entrevistado conhece o pesquisador, o mesmo revela todo o seu íntimo representado por sua subjetividade com todas suas emoções, sentimentos, tudo contido em suas histórias.

É uma busca constante pelas fontes orais como forma de interpretar os fatos da história que por outros meios não foram suficientes. Talvez um dos momentos mais importantes da pesquisa pode estar caracterizado de forma que as relações sociais vividas vêm à tona para serem refeitas, então, o presente precisa voltar ao passado com novos olhares e outras perspectivas formuladas para a construção do passado por meio do presente.

Para se obter sucesso da pesquisa com o uso da História Oral está no destaque e na importância de conceder ao sujeito da história como seu próprio criador do seu destino novas possibilidades e limites. Ao refazer a reconstrução de histórias e fatos do passado com base na voz do outro, torna o pesquisador mais responsável e comprometido com o seu trabalho de pesquisa e seus resultados, para ser apresentado a comunidade acadêmica e social.

2. HISTÓRIA, MULHERES E EGRESSAS NEGRAS

A história das mulheres é uma história recente, foi a partir do século XIX, em que a História se torna uma disciplina científica, o lugar da mulher dependia das representações dos homens, até então únicos historiadores. Nos anos 60, as mulheres quiseram contar a sua história, mas se deram conta de que não existia nenhuma história que pudessem contar. Pois, eram tão somente uma representação do olhar masculino que as contavam da maneira que lhes convinham. Assim, falar do feminino é descrever as representações que ficaram escondidas ao longo da História.

“Da História, quase sempre a mulher é excluída”, essa afirmação foi feita pela autora Michelle Perrot que reflete muito uma preocupação que há tempos envolve os intelectuais dessa área. Assim, como Simone de Beauvoir afirmou categoricamente a “incompletude” da história, embora pensasse que fosse “universal”, na verdade desconsiderava uma parte da população, no caso as mulheres, que por conta do seu passado de submissão não havia motivo de orgulho para com as mesmas.

Essas mulheres de forma geral, eram o centro de críticas enganadas por uma tradição intelectual presente, de Aristóteles a Freud, e também passando por historiadores que chamavam a atenção quanto a dicotomia-cultura e mulher-natureza, que sempre estavam marcadas por estereótipos, preconceitos e uma hierarquia de valores, sustentada por uma ideia de desigualdade entre ambos os sexos, separando o universo masculino que estava relacionado à cultura, sinônimo de objetivo, de racional e de público, com superioridade do universo feminino ligado à natureza que revela sua emoção, ao subjetivo e privado. Isso era comum, a preocupação com o político e o público por parte dos homens em suas proezas e heroicidade, excluindo totalmente as mulheres, enquanto sujeito e produtora da sua própria história.

O descobrimento dessa estrutura intelectual e cultural levou a uma provocação que foi incutido com uma ideia do aumento de pesquisas sobre o sexo feminino nos anos seguintes e que levou ao surgimento da História das Mulheres. Conforme Joan Scott, o surgimento dessa área específica de pesquisa, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, relacionando à política, mais especificamente à política feminina, que chegou ao seu apogeu nos anos 1960 e 1970, período em que as mulheres assumiram controle sobre suas vidas reprodutiva, com a propagação da pílula anticoncepcional, passando a participar mais do Sistema Educacional, do mercado de trabalho e da política.

Portanto, a História das Mulheres, que no início foi construída pelas militantes feministas, e que estavam decididas em tentar acompanhar as novas indagações que iam surgindo, e que na realidade eram trazidas para suas vidas. Assim, tornou-se necessário retirar o sexo feminino da prisão em que se encontravam excluídos, tanto no público quanto no privado, com o objetivo de favorecimento pelos trabalhos dedicados e também por mostrar que as mulheres fazem parte do processo histórico e que sempre foram vítimas da injustiça e exploração por parte do sexo masculino. Nas ruas e nos ambientes acadêmicos foram realizados inúmeros esforços para demonstrar a real importância do papel das mulheres no contemporâneo e no passado.

Assim dessa forma, dentro das universidades os estudos acerca das mulheres não eram vistos pelos historiadores com bons olhos, criou-se uma prática ou uma espécie de complemento à história geral, tarefa essa que era exercida somente ou quase por pesquisadores, ao qual no final se referia em seus estudos ao sexo como tolerado ou marginalizado. A esse respeito Scott afirmou essa dificuldade de introdução da história das mulheres apontada como ideologismo, no meio acadêmico estadunidense e a importância de se buscar novos meios para inseri-las nesse meio.

Ao defender novos cursos sobre as mulheres, diante um comitê curricular universitário em 1975, argumentei como exemplo que a história das mulheres era uma área recente de pesquisa, assim como os estudos da região ou das relações internacionais. Em parte, esse foi um artifício tático (uma jogada política) que tentava, em um contexto específico, separar os estudos das mulheres daqueles intimamente associados ao movimento feminista. Em parte, resultou da crença de que o acúmulo de bastante informação sobre as mulheres no passado, inevitavelmente atingiria sua integração na história padrão (SCOTT, p. 81).

Ocultar a história das mulheres da História é o mesmo em dizer que a humanidade caminhou somente à passos masculinos. E o que diferencia um do outro é a capacidade de reprodução da mulher que se transforma em signo de inferioridade, isso acontece porque vêm desde os gregos, coloca à maternidade como um signo de desigualdade e minoridade, que se transforma e sempre impediu o feminino de chegar ao poder, ao trabalho, à cidadania. A sociedade sempre viu a mulher por meio do seu corpo, centrado

na reprodução e na afetividade. A “natureza” menstruação, gravidez e parto pertenciam as mulheres que no silêncio as privavam de outras formas de criação.

Entre muitos fatores que contribuíram para que as mulheres fossem respeitadas em suas Histórias, e que a autora Michelle Perrot destaca como um dos mais importantes a crise dos grandes paradigmas, como o positivismo e o marxismo, com o avanço da História com a Nova História, e a exigência social com o movimento feminista (2005). O movimento feminista exerceu papel importante para as conquistas do feminino. Após muito tempo é que se deram conta que esse movimento feminino foi o responsável por inúmeras conquistas femininas.

Portanto, conforme podemos ver, se ao longo da História o feminino é visto como subalterno e conseqüentemente analisado fora da História, porque não há registro de sua presença, pois, quando se fala em libertar a História é falar de homens e mulheres de forma igual, quando se fala de mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presentes e sim reconhecer todo o processo histórico dos quais elas foram excluídas, desconstruindo a história da história feminina e reconstruir de forma iguais.

Examinar gênero concretamente, contextualmente e de considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. Esta é ao mesmo tempo uma postura familiar e nova de pensar sobre a história. Pois questiona a confiabilidade de termos que foram tomados como auto-evidentes, historicizando-os. A história não é mais a respeito do que aconteceu a homens e mulheres e como eles reagiram a isso, mas sim a respeito de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres, como categorias de identidades foram construídos (SCOTT, 1994: 19).

Quando se coloca no centro a história das mulheres, a questão sobre relações entre os sexos, eis que surge um conjunto de problemas entre eles podemos citar o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, o pensamento simbólico, enfim, a marginalização, o esquecimento de sujeitos na história do Ocidente. Em meio a muitas dificuldades e problemas encontrados, a história das mulheres no início teve seus traços apagados tanto no público quanto no privado. Por falta de informações confronto com os inúmeros discursos sobre imagens de mulheres nas quais são chamadas de musas e deusas. Portanto, para contar e fazer a história das mulheres é bater de frente com esse

conjunto de representações ao qual foram rotuladas. Ter outra visão sobre o que faz a história, pois a história responde somente aquilo que nós perguntamos.

Para Pierre Bourdieu não basta ser do sexo feminino para poder ter uma visão da história das mulheres, pois nesse sentido, a visão feminina é aquela colonizada, dominada que não consegue enxergar a si mesma. Para ele o objeto maior da história das mulheres deve ser principalmente o estudo dos discursos e das práticas que lhes dê a garantia de que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre ambos os sexos (1995). Pois, dessa forma, como explicar que meninos e meninas criados em seus primeiros anos de vida por mulheres, que vão à escola, assistidos por mulheres, terem preconceitos em relação aos papéis de gênero?

A aprovação sobre o feminino é um produto cruel da dominação masculina. Conforme Simone de Beauvoir: “Toda a história das mulheres foi feita pelos homens e as mulheres nunca disputaram este império com eles”.

Essa ideia que se formou sobre gênero, diferença entre os sexos baseada na cultura e produzida pela História, em segundo lugar ligada ao sexo biológico e não pronunciada pela natureza, procura de alguma forma desconstruir o universal e revelar a sua historicidade. É característico das sociedades dar sentido a diferença, desta maneira não existe verdade na diferença entre ambos os sexos, é um empenho incansável para tentar dar sentido, poder interpretar e cultivá-la.

Portanto, quando se fala em gênero e não em sexo pressupõe que a condição das mulheres não é determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas sim, de uma invenção social e política. Conforme Joan Scott:

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo; mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ela é, antes, uma estrutura

social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (SCOTT 1998, p. 15).

A historiografia brasileira não ficou alheia diante dessas novas mudanças que começavam a acontecer. Primeiramente, a mulher era vista apenas como um resultado das condições sócio econômica e como uma vítima, desprovida de toda e qualquer consciência histórica. Porém, na década de 80 as pesquisas avançaram um pouco, mas sempre focadas na condição feminina, buscaram caminhos para preencher esse vazio e começaram a analisar as mulheres enquanto sujeitos históricos, a partir do seu cotidiano e das ideias de resistência e transformações de sua realidade naquele momento.

Ao mesmo tempo esse foi o período de movimentação dos trabalhos realizados sobre os estudos das mentalidades, com destaque para os temas que muito ajudavam na compreensão das análises femininas como a sexualidade, o amor, o corpo, entre outros e aos assuntos relacionados ao público e privado. Dessa forma, as mulheres tornaram-se sujeitos sociais que construíram a História, que uniam forças contra as declarações de poder e passavam a produzir percepções e experiências próprias de si mesmas.

Diante das proporções que a historiografia foi tomando no Brasil, as mulheres foram restabelecidas, ainda que encoberto percebia-se suas angustias sobre suas lutas e suas violações. Com análise de estudo de fontes simbolizavam as inúmeras abordagens temáticas como sexualidade, família, maternidade, feminismo e a construção de novos estereótipos femininos.

Por décadas, o movimento militante a favor da mulher foi ocultado e silenciado por suas lutas, reivindicação e domínio, pautado na ideologia do branqueamento e no mito da democracia racial, trabalhou constantemente para esconder o problema que cercava a sociedade brasileira em sua relação duvidosa de pessoas negras.

Essa ideologia do branqueamento se apresenta como um resultado de ideias originárias do processo de colonização brasileira, em que existia ao que tudo indica uma superioridade racial por parte dos que se consideravam brancos sobre os negros. Por conta dessa herança, transpassa o imaginário social a ideia de que a compreensão de elementos da cultura vigente que lhes davam a garantia de um status diferente ao do negro, ou seja, embranquecer e a negação dos elementos afro próprio do processo identitário com a intenção de ser incluído (MUNANGA, 2004).

O mito de democracia, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2004, p. 80).

Quando estudamos História percebemos que a diversidade cultural possui papel fundamental para o desenvolvimento material e cultural da humanidade. Falar em multiculturalismo no ambiente acadêmico ainda é objeto de muitas discussões entre a teoria e a prática. O multiculturalismo por sua vez consiste valorização da diversidade cultural e tenta eliminar preconceitos e estereótipos que foram construídos ao longo da história, para tentar formar uma sociedade pautada no respeito e dignidade para com o outro e suas diferenças.

Assim, é preciso pensar as diferenças dentro de suas diferenças assim por dizer, nesse caso o multiculturalismo consegue dar espaço para refletir a complexidade e as divergências que classificam o cenário atual, uma vez que, o multiculturalismo reconhece as diferenças de cada um. O meio acadêmico também como espaço para o processo de socialização, é um local onde mais se discute a questão da diversidade, cultural racial e social.

Dessa forma, para esse processo acontecer é preciso a convivência multicultural que impõe respeito ao outro com diálogos abertos sobre a importância dos valores do outro. O multiculturalismo acontece por meio das interações sociais dentro do ambiente acadêmico e do respeito dos estudantes para com o outro. Assim, a educação deve ser construída num ambiente heterogêneo, como resultado da relação entre educando e instituição, reconhecendo e juntando de forma positiva a diversidade sociocultural, tentando assim, buscar um sentido mais humano, ao qual todos possam reconhecer e acolher o outro como pessoa humana e com suas diferenças mantendo a sua própria identidade.

Tantas são as inúmeras reivindicações realizadas pelo Movimento Negro, na luta pela implantação das ações afirmativas, que vão de encontro com a lógica dos discursos, as práticas racistas e as visões estereotipadas que fazem parte do contexto de construção

da política de identidade ao qual pretende a sociedade em geral, bem como um currículo que se apresenta com uma só cultura baseado em seus próprios recursos. A presença cada vez mais frequentes dos acadêmicos negros na Universidade pode representar um rompimento dos modelos e padrões estabelecidos impostos pela cultura acadêmica que já se encontra toda integrada.

As políticas de ações afirmativas que se faz efetivas por meio das cotas raciais representam uma estratégia ou um meio de acesso dessa população menos desfavorecida e tão discriminadas pela sociedade que, embora seja a maioria na sociedade, está reproduzido na educação superior.

Sendo assim, podemos ver que a democratização da educação superior nos mostra que as instituições eram formadas por uma classe privilegiada, contudo, as pressões realizadas pelo Movimento Negro e a luta pela inclusão da população negra no ensino superior deu origem as discussões sobre as ações afirmativas. Para que essas ações fossem efetivadas, o estado precisou intervir, mesmo sendo ele o responsável de traçar diretrizes gerais, ficando do outro lado alguns grupos que tiveram seus direitos negados, sendo necessário à urgência de se amenizar essa notável desigualdade.

Diante de tantos avanços acontecendo ainda há muito a ser feito para que se consiga atingir a igualdade no Brasil, desde sempre marcado ao longo da história pela desigualdade racial e social entre brancos e negros, o que revela que o racismo ainda se faz presente em nossa sociedade e ao que tudo indica sem data de validade.

Mesmo assim com todo o progresso se faz necessário a desmitificação da desigualdade em todos as áreas da sociedade, deixando claro tudo o que a população negra tem sofrido ao longo da história. Porém, aceitar as políticas afirmativas universais não são suficientes para suavizar as desigualdades que se faz presente historicamente na sociedade brasileira.

Portanto, a forma de como são colocadas as cotas raciais revela a importância na busca por igualdade de oportunidades para a população negra brasileira, uma vez que, as políticas de natureza universal designadas para introduzir toda população negra até então, são insuficientes em todos os setores, principalmente em relação à educação superior.

Nesse sentido, é tão importante que o estudante negro ao ingressar no Ensino Superior consiga se situar nesse ambiente universitário. Ele precisa entender que agora nesse momento ele parte daquele novo espaço, pois se trata de sua identificação e interação com os demais universitários que se faz presentes nesse ambiente e da conquista de uma cultura universitária para si. Deixando claro que, mesmo após o acesso à educação

superior isso não lhe dá garantia de fortalecimento da sua identidade negra, e mesmo os acadêmicos que ingressaram por meio das cotas não se sentirão à vontade para se manifestarem em um ambiente concorrente e excludente.

E esses mesmos acadêmicos negros cotistas sofrem uma dupla discriminação no ambiente acadêmico, uma por serem cotistas e outra por serem negros e em outras situações, são discriminados com algumas brincadeiras preconceituosas.

De acordo com Carvalho (2006), observa-se que as universidades, desde a sua criação e expansão da forma de ingresso de alunos e professores no século XX, nunca houve iniciativa ou meios para tentar corrigir a exclusão social que se fazia presente em seu ambiente. Dentro das universidades há um silêncio total em relação a esse tema e também sobre o que acontecia internamente que deixava claro a exclusão social, e que também legitima e reproduz uma ordem social já estabelecida dentro do meio acadêmico, evidenciando um racismo institucional.

Quando uma mulher negra e universitária rompe com as barreiras históricas racistas, sexistas e classistas perante a sociedade, ela passa a ser referência e inspiração para outras alunas negras seguir a trajetória profissional. Pois, ser uma profissional negra em um contexto capitalista e excludente onde somente a elite patriarcal branca detém totalmente o poder, delimitando as lutas diárias contra todo tipo de opressão sofridas por elas, naturalizadas e reproduzidas dentro do seu ambiente de convívio com seus pares, faz-se necessário descolonizar a mente para se ter legitimidade, assim, elas poderão representar as relações sociais vividas, caracterizando, assim, sua identidade pessoal.

Reconhecer que todas as experiências vividas das desigualdades sociais que são decorrentes de inúmeras subordinações, nos leva a compreender o sujeito em todo o seu contexto político, econômico, histórico e social. As relações de raça são vividas de forma diferente, ao somar a essas relações a questão de gênero, classe, regionalidade ou orientação sexual, (MARCONDES, 2013).

As marcas deixadas pela submissão são introduzidas no cotidiano das pessoas de forma tornando natural os obstáculos que limitam oportunidades de trabalho, crescimento profissional, possibilidades de salários desiguais, restringindo também, em muitos casos acesso desqualificado a serviços oferecido pelo Estado a sociedade como saúde, educação, refletindo dessa forma, a inserção dessas pessoas.

Essas pessoas são identificadas e excluídas e conseqüentemente naturalizadas pela sociedade e reintroduzidas pela prática e conseqüência do discurso. E por não se adaptar aos princípios hegemônicos, são excluídos de diversos contextos sociais. Vidas que são

consideradas vidas, mas que quando compreendem o processo de exclusão, criam mecanismos de resistência e atribuir novos significados as práticas sociais (BUTLER, 2007).

Scott (1995), afirma que, gênero como um dos primeiros a significar as relações de poder com base nas distinções dos corpos por meio do sexo biológico, pois, é a sociedade que coloca uma visão assustadora sobre a sexualidade, que deveria ser ao contrário, a sexualidade produzir imagens na sociedade. As marcas de raça, gênero, classe, orientação sexual, podem ser algumas formas que a sociedade encontrou para colocar uma visão assustadora para oprimir e dominar os corpos, mas que, são motivos para que as lutas por direito tenham êxito ao lutar por igualdade e isonomia.

2.2 A VOZ DA PRIMEIRA EGRESSA NEGRA MARIA

Com relação às acadêmicas negras, em sua maioria, o histórico delas é de exercer trabalho na adolescência, de famílias de baixa renda, tendo também que ajudar no sustento de suas famílias. Muitas delas foram trabalhar como empregadas domésticas mesmo na adolescência, pela dificuldade em encontrar um emprego melhor no comércio ou em outras áreas, pois não se encaixarem no perfil até então predominadas marcado por pessoas brancas, e isso é entendido como uma lembrança que se arrasta desde o regime escravocrata, e se reforça mais ainda que as relações sociais e econômicas no capitalismo no Brasil ainda seguem dirigidas por regras de discriminação, impondo assim, que aos negros sejam concedidos funções que são totalmente desprestigiadas pela sociedade.

Com o intuito de ouvir as vozes dessas egressas negras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em primeiro momento de abordagem o contato foi por e-mail para saber se concordariam em participar da pesquisa. O critério de escolha dessas participantes foi por alunas negras que cursaram o Ensino Superior na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Curso de Ciências Sociais. Logo depois foi enviado um questionário socioeconômico para que as participantes respondessem e também o Termo de Consentimento livre e Esclarecido. Logo depois iniciou-se as entrevistas que foi marcada com elas e realizadas por meio do celular com uma delas e com a outra presencialmente, após realizadas as entrevistas foi feita as transcrições das narrações e enviadas as participantes para conferência. Todos os nomes das participantes foram ocultados e utilizados nomes fictícios, com autorização das participantes.

Maria é negra, tem 43 anos, trabalha no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É formada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e sempre estudou em escolas públicas. Morava com seus pais e irmãos, e os outros parentes alguns viviam e perto e mantinham contatos diário nas brincadeiras, bem como os vizinhos que também faziam parte de sua infância. Como ela mesmo relata [...] *sempre fui muito dada com as pessoas e sempre que possível tente ser passiva e entender o lado de todos desde de muito nova, mas isso não afastava as pessoas preconceituosas que foram colocados em nosso caminho e isso tentei sempre passar por cima e seguir a diante na minha perspectiva de vida, pois a luta sempre foi o lema pregado na minha casa...* Como ela mesmo disse também sofria preconceitos desde sua infância, mas que procurava se desviar deles devido a educação recebida em casa por sua família que exerceu papel importante em sua educação em sua infância.

Naquela época as dificuldades eram inúmeras e os desafios surgiam a todo momento tornando o caminho mais difícil, mas nada que a deixava desanimada em relação aos estudos. A escola pública era a garantia de um futuro melhor diante de todas as dificuldades que a família encontrava. Ela relata que ia para a escola uniformizada, saia azul e camiseta branca para os dias de aula em sala e shorts azuis para fazer a educação física que era separada das aulas em sala, ou seja, se estudava de manhã a educação física era a tarde e vice e versa. Conta que teve bons professores que foram importantes na sua formação no ensino fundamental, aprendiam com o livro didático e escrevendo no caderno, tarefas eram levadas para fazer em casa.

Maria conta que sua adolescência foi bem complicada e que não se recorda direito, algo que ela diz que não teve. Devido ao fato da família ser grande e por falta de lei que proibia os jovens de trabalhar, começou a trabalhar ainda muito nova para ajudar no sustento da família, a vida era muito difícil e faltava quase tudo em casa como energia elétrica, água encanada e as ruas não tinham asfalto e com muitos buracos, como ela mesmo conta [...] *comecei a trabalhar como babá ainda aos onze anos e peguei gosto pelo trabalho e desde de então trabalho. No começo era por conta de ajudar minha mãe nos afazeres doméstico e por fim por que acabei pegando gosto pela minha independência financeira que nem quis ficar mais sem meu dinheiro, por conta desses e outros fatores é que minha adolescência foi deixada de lado, mas ainda assim acredito que tive uma vida bastante compreensiva apesar das dificuldades que enfrentávamos*

naquele momento da vida, no entanto isso não nos deixou enxergar a vida de uma maneira bastante promissora.

Como podemos perceber já havia um histórico de trabalho já na adolescência, oriundas de famílias com uma renda baixa com uma única preocupação a de subsistência de suas famílias. Essas jovens e adolescentes não tiveram outra alternativa a não ser ir trabalhar como empregadas domésticas e babás para ajudar em casa por ser muito difícil arrumar emprego no comércio, pelo simples fato de não ter o perfil predominantemente de pessoas brancas, por assim dizer, visto que era entendido enquanto uma lembrança do regime escravocrata, e isso reforça as relações sociais e econômicas no capitalismo, e que aqui no Brasil vistas como discriminação, impondo aos negros funções desmerecidas.

Conforme Santos (2014), as desigualdades acumuladas ao longo da história do Brasil em relação a escolarização do negro, já há muito tempo vêm sendo objeto de denúncias por parte dos movimentos negros e por estudiosos da área das relações sociais, e também no meio de alguns órgãos governamentais. Essas desigualdades demasiadas graves atrapalham a inserção do negro na sociedade brasileira em todas as suas áreas, prejudicando a ideia de uma proposta para a construção de um país democrático e igual para todos.

Maria relata que sempre teve vontade de cursar o ensino superior, mas as dificuldades eram muitas principalmente a de ordem financeira, pois não havia meios de pagar por faculdade para cursar o que gostaria, como ela mesma conta: “Ao longo da minha vida sempre tive a vontade de cursar uma faculdade, mas por conta das dificuldades financeiras que impedia de pagar pelo curso que gostaria muito de tê-lo feito é que fui adiando, mas por fim passei na universidade pública por sistema de cotas, e aí sim veio as dificuldades, pois não é por conta de ser pública que não temos dificuldade de permanecer no curso durante o período de discente. Muitos colegas passavam ou ainda estão passando pelas dificuldades de permanecer na universidade, pois muitos vieram de outros lugares e precisam estar atentos aos desafios que iram passar, mas mesmos nós que aqui vivemos também precisamos de apoio técnico e mesmo financeiro para garantir nossa permanência”.

É no ensino médio que se encontra uma grande desigualdade na frequência entre brancos e negros, devido ao fato de evasão ou reprovação esses jovens negros deixam a escola fazendo com que eles não tenham acesso ao ensino superior da mesma forma que os jovens brancos. Conforme Ribeiro (2017), a universidade não é o centro das relações sociais que durante a história foram destinadas a elas, mulheres negras, já que fazem parte

de organização social criada para que os negros sejam excluídos, sabemos bem que a universidade no Brasil surgiu para atender e formar somente as elites que supostamente governariam o país.

De acordo com Ribeiro (2017), o caminho para o acesso, permanência e até a chegada a conclusão do ensino superior da mulher negra pode ser visto como uma mobilidade social, mesmo com sua exclusão historicamente. No entanto, precisa saber se a conclusão do ensino superior trouxe a elas melhores condições de vida, saúde, moradia e acesso a serviços públicos, e se sua trajetória acadêmica caminhou para uma pós-graduação, publicações em livros, entre outros. Maria ainda pontua:

“Ao longo da minha permanência como aluno da universidade passei por diversos desafios um deles é ter de cursar a faculdade desempregado, fazendo pequenos bicos para assim ajudar na permanência e no material didático, além do preconceito do curso escolhido ser manifestados pelos colegas da mesma universidade como um curso apenas de preto e drogados, desrespeitando o direito de ir e vir de todos os indivíduos e não quer dizer que um ou outro usasse esse tipo de coisa que os demais também usava, acredito que esse foi um dos maiores embates que enfrente no decorrer da minha permanência, sem contar os conflitos entre os cursos da universidade onde uns queriam mostrar saber mais ou ser melhor que os demais. Apesar de tantos problemas acredito que cursei um curso que tem tudo a haver com a humanidade, mas é preciso buscar o caminho certo e tomar a melhor decisão, pois conflitos, embates e desafios teremos sempre ao longo da nossa caminhada e isso é para nos mostrar que a cada tombo e levantada existe algo que nos deixa mais forte na vontade de seguir a diante com nossa jornada. Ao longo da vida acadêmica tive professores compreensíveis e outros nem tantos, mas como nada me abala sigo sempre adiante na vontade de vencer, mas uma sugestão que gostaria muito de lhe propor é que a universidade ou mesmo as escolas, públicas ou privadas deveria manter em seu currículo escolar um profissional que entendesse tanto o lado do aluno como o do professor no tratamento de saúde, pois a vida é tão corrida que muitos professores ficam doentes depressivos e é claro que os alunos também acabam sendo afetados”.

Assim, permitir seus acessos e permanências de mulheres negras no ambiente acadêmico revela um novo perfil social, que de alguma forma influencia na maneira e concepção das relações e representações sociais na universidade determinando novas formas de reflexões. É possível pensar dessa forma, falar em mobilidade social das mulheres negras e cotistas egressas de universidades públicas, pelo simples fato de seu

acesso e permanência, podemos levar em consideração também uma possível ascensão social dessas mulheres.

Finalizando a entrevista com Maria, sobre o que faz atualmente ela me respondeu: *“Bem nos dias atuais estou trabalhando no IBGE como Agente de pesquisa e mapeamento e cursando pós-graduação em matemática e em políticas públicas. No momento encontro fora da sala de aula, mas pretendo retomar minha vida profissional em educação assim que for possível. Comecei a lecionar ainda na minha graduação em 2002 e pretendo seguir ainda por muitos anos nessa profissão que escolhi”*.

Assim, podemos perceber que a discriminação racial é uma relação que sempre esteve presente no meio da sociedade bem como na educação brasileira. Os estudos e reflexões sobre esta questão, negros na educação, pode ser um fator de explicação para que as ações afirmativas de fato aconteçam dentro das universidades e garantam a inserção do negro nesses espaços educativos.

A universidade como espaço educacional não pode estar desvinculada da realidade, juntamente com a sociedade, precisa adotar medidas, comprometer-se e envolver-se com as causas sociais, reconhecendo que essas situações vividas não mitos, mas sim, um problema quanto a discriminação do negro na educação superior.

2.3 A SEGUNDA EGRESSA GIRASSOL

Outra entrevistada egressa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul do curso de Ciências Sociais nome fictício sugerido por ela mesma, Girassol 24 anos, pergunto a ela que falasse como foi sua infância e nos seus relatos pude perceber que era semelhante ao que a outra egressa Maria relatou, histórias de vida parecidas e rodeadas por inúmeras dificuldades. Como ela mesma relatou:

“A minha infância foi uma infância contraditória e complexa. Eu tive os momentos de brincar na rua com os amigos. De ser uma criança sonhadora em um contexto em que me foi permitido sonhar. Eu sou uma mulher negra não retinta fui criada pela tia paterna e que era rodeada de primos. E por esse motivo não havia tanto tempo disponível para afeto e atenção, era feito o que era possível. Por outro lado, na minha infância a educação dada a mim para que no futuro me tornasse uma cidadã de bem, foi e era associada a punição física e psicológica baseada no medo. Mas é o que dizem né não se pode dar o que não tem. Bem desde cedo eu tinha algumas responsabilidades domésticas e conforme os anos iam passando estas responsabilidades aumentavam”.

Podemos observar nos relatos de Girassol, foi criada por uma tia e não por seus pais biológicos, como havia muitos primos na casa não tinha atenção de que uma criança pequena necessitava devido ao fato de ter muitas outras crianças no mesmo ambiente não lhe era dada a atenção devida. Desde pequenas tinha que ajudar nos afazeres domésticos que aumentavam conforme o tempo passava. O retrato de uma família numerosa com muitas pessoas vivendo sobre o mesmo teto e tendo que dividir as tarefas do lar com as crianças devido as dificuldades enfrentadas.

Os estudos sobre negros e sua inserção no ensino superior nos mostra que a relação entre o negro e a educação, revela que é preciso analisar mais ainda esse tema. Ao passo que, a quantidade de negros na educação superior vem aumentando consideravelmente, mesmo que seja nos cursos menos concorridos.

(...) os negros, mesmo aqueles que conseguiram ingressar na universidade, são de modo geral, pessoas que vem de uma origem social modesta, que frequentaram escolas de primeiro e segundo grau de ensino precário, cuja escolha da carreira universitária recai, frequentemente sobre aquelas menos valorizadas e menos concorridas, sobretudo na área das humanidades. (QUEIROZ, 2004; p.65).

A condição de ser negro no Brasil significa enfrentar mais um dos inúmeros problemas para sua inserção no mercado, que são discriminados pela aparência e pelo fenótipo. É por esse e outros motivos que o Movimento Negro de Mato grosso do Sul e outras instituições lutaram e lutam incansavelmente para que essas leis sejam aprovadas e estabeleçam cotas para negros e indígenas se inserirem nos cursos superiores das universidades.

Girassol relata que sonhava entrar no ensino superior, mas que por sua condição financeira não permitiria sua inserção no tal sonhado curso. Como ela mesmo disse: *“O ensino superior não era um sonho de infância até porque eu nem sabia o que era mas começou a se tornar algo importante quando eu fui me tornando adulta e entendendo a importância de uma graduação para vida profissional e tendo oportunidades profissionais eu teria um retorno financeiro, esse é o pensamento de quem vem da escassez. Então quando eu ingressei no ensino superior foi algo muito gratificante tanto para mim quanto para minha família, e era uma sensação de felicidade misturada com entusiasmo, misturado com esperança de dias melhores. Eu entrei na primeira chamada*

como cotista no curso de Ciências Sociais e tudo para mim era muito fascinante, as pessoas, o espaço, colegas e professores, até as leituras mesmo não entendendo bulhufas naquele momento. Os eventos então nem se fala, eu não conseguia esconder o quanto eu estava feliz de estar naquele lugar”.

Por essa e tantas outras desigualdades em relação ao negro na sociedade, é que o Estado precisa e deve criar e promover medidas que possam beneficiar o negro, pois a herança historicamente que se arrasta até os dias de hoje, vêm prejudicando totalmente os negros de direitos adquiridos que todo cidadão possuem conforme a lei, de acordo com a Constituição de 1988: “Construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação”. Dessa forma “[...] as desigualdades estão a legitimar esse avanço” (VIEIRA, Junior 2005, p. 89).

Girassol relatou que entrou na primeira chamada como cotista no curso de Ciências Sociais: *“Quando eu cheguei para a banca de cotas ainda era muito avulso essa questão racial para mim, eu sou nitidamente uma mulher negra, no entanto não declarava assim, para mim eu era morena, parda, mas negra/preta não. Convivendo com outras pessoas negras participando de eventos de debates e leituras eu despertei uma consciência racial que eu não tinha; um entendimento sobre gêneros e sexualidades, uma consciência de classe”.*

Dessa forma, entrar para a Universidade no Brasil é um processo que está ligado as experiências das classes sociais. Reproduzir essas desigualdades sociais é também efetivar as relações desiguais entre gêneros, classes e etnias, por meio da organização social pautada no patriarcalismo e nos preconceitos étnicos e raciais (SAFFIOTI, 1987).

Para Girassol entrar para a Universidade pública foi um divisor de águas em sua vida. A forma como ela via o mundo mudou completamente e ela passou a adquirir conhecimentos acerca de sua realidade e das pessoas ao seu entorno, em todos os aspectos social, político, cultural, econômico, foi partindo da Universidade que ela descobriu outros mundos, conheceu pessoas diferentes, outros discursos. A Universidade a levou a conhecer cidade diferente como o Rio de Janeiro em que ela participou de um evento de negros e negras, onde ela pode apreciar o mar pela primeira vez, sem a Universidade ela jamais poderia ter chegado onde chegou.

Mas ela também encontrou dificuldades no meio acadêmico, principalmente de acompanhar as leituras e a linguagem acadêmica diferente da qual estava acostumada, vindo de escola pública como uma das melhores alunas, quando chegou na Universidade

ela teve a sensação de quem nem sabia ler direito. Hoje ela trabalha como Técnica de Suporte de Tecnologia na Escola Estadual Manoel Garcia Leal em Paranaíba e está concluindo o Bacharelado em Ciências Sociais e também está fazendo uma segunda graduação em Geografia para ter maiores oportunidades de emprego.

Duas mulheres negras oriundas de famílias pobres que chegaram a Universidade, concluíram seus cursos e que se revelaram em algumas partes de suas histórias, mas que em algum momento se diferenciam uma da outra em suas singularidades e momentos históricos, mas em outros momentos se assemelham em algumas características o mesmo sistema opressor, o mesmo que oprime mulheres, negros, pobres e todos aqueles que por um motivo ou outro não fazem parte de uma hegemonia.

Essas duas mulheres e tantas outras que existem no sistema de capitalismo e as constantes complicações existentes na sociedade moderna, impedindo-as de serem sujeito de suas próprias histórias. O capitalismo por si só retira dessas mulheres negras a humanidade, e seu objetivo é dar a elas um mero suporte do capital, ou seja, corrigi-las. Assim, a identidade apresenta uma possibilidade a elas de formas diferentes em suas parcelas de emancipações conforme a história de suas vidas.

É claro que em toda regra há exceções, mas, nas três entrevistas, lecionar é uma atividade que, apesar das dificuldades, tornou-se projeto de vida, que interceptado por ações e objetivos mais amplos, também se constitui para essas mulheres um projeto político. E mesmo que esse projeto político ao qual se pretende seja ético, não está voltado somente em observar suas histórias de forma imóvel, mas ser ator e agente transformador em projetos que possam promover um futuro a ser escrito coletivamente privilegiando a transformação social (CIAMPA, 1984).

As duas mulheres entrevistadas têm como projeto de vida lecionar, mesmo apesar de todas as dificuldades encontradas isso tornou-se seus objetivos de vida, mesmo que sejam mais amplos também se constitui para elas um projeto político.

3. AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

A redemocratização no Brasil é um processo recente com diversas lacunas que precisam ser resolvidas, pois ocorre que a permanência de condições registradas com características não variável que são próprias de um indivíduo, como cor, sexo, são barreiras que interferem no ingresso desses indivíduos no ambiente educacional de Ensino Superior e no mercado de trabalho, impedindo-os de progredir na carreira profissional e na vida política.

Trabalhos sobre discriminação e desigualdades em áreas diferentes áreas têm sido assuntos constantes nos últimos anos, tanto no Brasil como internacionalmente. Há uma divergência em relação qual seria a melhor forma de solucionar esse problema que vêm se arrastando por décadas sem qualquer alteração. Para tanto, uma forma de resolver tal situação foi o início de criação de propostas como as políticas de ação afirmativa, ou políticas de cotas, reserva de vagas, que circulam no cenário atual como tema e experiência novos nas discussões e agenda pública brasileira.

Antes de nos posicionarmos a favor ou contra as políticas, é necessário conhecer as intenções dessas políticas para uma melhor compreensão a respeito, sua história e qual o caminho que essas polêmicas tão discutidas tomaram.

As ações afirmativas são políticas públicas que foram criadas com o objetivo de corrigir as desigualdades raciais que se arrastam historicamente por anos, em desfavor a uma parte da população brasileira discriminadas e excluídas, seja por motivo de raça, gênero, idade, aparência física, mas como uma forma dessa população poder ter acesso à educação superior, política, saúde, emprego e como reconhecimento cultural dentro da sociedade.

Intituladas de discriminação positiva e ação positiva, tais ações afirmativas procuram oferecer igualdade e oportunidade a essa minoria da população excluída. Conforme está no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (BRASIL, 1988, art. 5).

Dada a importância do termo “todos somos iguais perante a lei” como está na Constituição Federal, estando relacionada ao sentimento de justiça e dessa forma deve ser compreendida de duas formas importantes, na igualdade formal e na igualdade material. No entanto, essas ações afirmativas que foram criadas para atender essa demanda, demorou muito a acontecer no Brasil, sendo necessária sua criação devido a tantas diferenças sociais entre negros e brancos acumulados historicamente, por isso, fez-se necessário a criação de uma ação que pudesse de alguma forma tentar consertar os danos que foram causados a essa parte da população.

Tais ações vêm ocupando lugar de destaque por meio das políticas públicas, bem como a luta que os movimentos negros têm travado ao longo desses anos, para que o negro tenha condições e os mesmos direitos de se capacitar e ser reconhecido na sociedade.

O sistema de cotas raciais como política de ação afirmativa primeiramente se originou nos Estados Unidos, na década de 60. Nos anos de 2000 e 2001, o Rio de Janeiro adotou as políticas de ações afirmativas raciais, antes mesmo do governo federal a implantasse. Após editar as leis 3.524 e 3.708, foi aí que surgiu a primeira turma a se beneficiar pelo sistema de cotas e ingressar nos cursos superiores estaduais.

A Universidade de Brasília em junho de 2004, foi a primeira a aderir ao sistema de cotas no Brasil, adotando o Plano de Metas para a integração social, étnica e racial, com 20% das vagas reservadas para negros.

Depois, com a promulgação da lei nº 5.346/2008, um novo sistema de cotas para as universidades do Rio de Janeiro passou a ser adotado pela instituição. Conforme o Art. 2º houve uma divisão das vagas: 20% para estudantes negros e indígenas, 20% para estudantes do ensino público e 5% para deficientes e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados por conta do serviço.

A lei 12.711/2012, regulamentou o sistema de cotas, a chamada Lei de Cotas, beneficiando os estudantes da rede pública de ensino em instituições de ensino superior federais, com demanda de separação de vagas para esses candidatos de baixa renda, pretos, pardos e indígenas.

O objetivo das ações afirmativas são alcançar as dimensões práticas e promover resultados nunca alcançados e positivos na vida dos sujeitos, por meio dos processos históricos que induz a um possível acerto de contas do passado da sociedade com os grupos discriminados em um determinado período histórico. Assim, a implantação do

sistema de cotas, como parte das ações afirmativas, tem como único objetivo favorecer esses grupos de negros e seus descendentes, o acesso ao ensino superior.

Desde o século XXI, com a crescente procura de jovens estudantes para o ingresso em um curso de Ensino Superior fez com que o governo federal, municipal e estadual oferecesse mecanismos para uma educação superior de qualidade gratuita, bem como a criação de programas populares de democratização ao acesso para o ensino superior nas instituições públicas e privadas no Brasil.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), constituído pela Lei nº 11.096 em 13 de janeiro de 2005, oferece aos estudantes menos favorecidos que queiram ingressar em uma universidade bolsas de estudos parciais e integrais de cursos de graduação em instituições públicas e privadas de educação superior, conforme estabelece o artigo 1º da referida lei diz que:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (BRASIL, 2005, art.1).

O ProUni beneficia os estudantes por meio de bolsas que ingressaram no ensino superior público ou privado como bolsistas integral, portador de deficiência. Em 2007, outros programas foram surgindo para incentivar o acesso e permanência dos estudantes no ensino superior, o Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Fundo de Financiamentos Estudantil (FIES). Todos os programas compartilham de um mesmo objetivo que é o acesso à educação superior, mas com formatos diferentes, constituindo assim ações afirmativas.

Tais ações vêm ocupando lugar de destaque por meio das políticas públicas, bem como a luta que os movimentos negros têm travado ao longo desses anos, para que os afrodescendentes, indígenas, e outros, tenha condições de se capacitar e ser reconhecido na sociedade, a luta é constante. Assim, o sistema de cotas raciais é uma das ações afirmativas mais comum utilizado nas universidades públicas, pois reserva uma

quantidade de vagas que pertence a uma determinada classe, os grupos excluídos e discriminados em razão da sua raça, aspectos culturais, econômicos e raciais.

A desigualdade social por conta da discriminação racial também se estende no Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo estudos realizados pela Coordenaria de Políticas para a promoção de Igualdade Racial do Governo do estado, o negro em relação ao branco possui menos chance de concluir o ensino fundamental e conseqüentemente nenhuma chance de conseguir ingressar nos cursos superiores disponíveis nas universidades, e quase nenhuma chance de concluir o ensino superior. O problema da pele negra, é mais um empecilho para que o negro consiga ingressar no mercado de trabalho, porque esse também discrimina pela aparência do indivíduo, ou seja, o fenótipo.

Em razão de todos esses problemas é que o Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, travou uma luta constantemente para que fosse aprovada as leis de cotas para negros e indígenas no ensino superior da UEMS como uma ação afirmativa. Assim, o Parecer/CNE/CP n. 003/04, dispõe que as ações afirmativas visem atender o que foi determinado pelo programa Nacional de Direitos Humanos e também outros compromissos internacionais que foram assumidos pelo Brasil, como uma forma de combater o racismo e a discriminação, assim como a Convenção da Unesco de 1960, para o combate de todas as formas de racismo, a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas de 2001 em Durban, na África do Sul.

3.1 Cotas para Negros e Pardos no Ensino Superior Público

A implantação do sistema de cotas raciais nas universidades trouxe discussões um tanto exaltadas em relação ao posicionamento contrários e favoráveis ao sistema, com diferentes visões e argumentações. Criou oportunidades para que estudantes negros pudessem ter acesso ao ensino superior e em cursos mais concorridos nas universidades, para que eles realizassem seus sonhos de cursar o ensino superior.

A respeito das questões de desigualdade no ambiente educacional, na década de 1990 os Movimentos Sociais Negro começaram a desenvolver atividades que pudessem ajudar e alertar sobre a importância das discussões em torno dessas questões, era necessário desenvolver palestras e promover debates sobre o racismo dentro das escolas. Posteriormente, começaram a surgir no poder Legislativo propostas por parte de

deputados e senadores de vários partidos a respeito do acesso e permanência no Ensino Superior, e que o Estado seria responsável por oferecer reserva de vagas a uma parte da população que ao longo da história foi discriminada, excluída e escravizada, impedindo de participar praticamente em todas esferas da sociedade, ou seja, foram excluídos socialmente.

A ausência do negro em ascender socialmente se originou na metade do século XVI, quando foram retirados de forma violenta de seu continente de origem a África, foram trazidos para o Brasil em navios negreiros. Quando aqui chegaram encontram povos de culturas, língua e religiões diferentes. Forçados a trabalhar nos engenhos de açúcar e lavouras de café, sofriam todos os tipos de torturas violentas.

Por tudo isso, nesse período os negros foram totalmente esquecidos e colocados à margem da sociedade sem chances para ascender socialmente, sem o direito a escola, trabalho e principalmente ser visto como cidadão em uma sociedade tida como igualitária. Assim a realidade do negro na sociedade é totalmente desigual em relação ao branco, boa parte da população necessitada é composta pela população negra, uma vez que, a maior concentração de renda sempre esteve nas mãos dos brancos.

Desde a escravidão até hoje o descaso em relação ao negro permanece existindo, pois vivemos em uma sociedade que cultiva os resquícios escravocratas, e apesar de estarmos vivendo em pleno século XXI, podemos constatar as mais diferentes desigualdades em relação aos negros. Cultiva-se a ideia da superioridade branca e a escravidão negra, e os negros vistos como indivíduos inferiores e incapazes.

Para Freyre (2006), a questão do branqueamento permanece desde o desembarque dos portugueses no Brasil no século XV, quando os europeus pretendiam formar uma raça branca que permaneceu entre o século XIX e XX, quando chegou ao Brasil três milhões de imigrantes italianos com a única ideia de embranquecer o país. Isso durou por algumas décadas e perdeu espaço, logo surgiu tipo de concepção: a ideia de que vivemos em um país miscigenado, não se sabe quem é branco e quem é preto.

Entretanto, os negros continuavam sendo marginalizados e excluídos pela sociedade, permanecem estigmatizados e presos a desigualdade perante a sociedade que se diz igualitária e nem todos conseguem alcançar algum tipo de cargo mais elevado por falta de oportunidades, por essa e outras questões que outras novas discussões sobre forma de como chegar a essa oportunidade vão surgindo, exemplo disso, as cotas raciais.

A implementação das políticas de cotas raciais como parte das ações afirmativas, foram criadas para uma possível quitação de uma dívida social para com a população

negra brasileira tão discriminados. As discussões envolvendo essas questões ainda são muito polêmicas, pois a inclusão de negros e pardos nas instituições de ensino superior por meio do sistema de cotas causam muitas discussões pois são temas que não surgiram de um dia para o outro como se pensam.

Os assuntos abordados a respeito das questões raciais possuem um papel importante para o desenvolvimento e qualificação dos profissionais de serviço social que trabalha com as mais variadas situações existentes em alguns segmentos da sociedade, para garantir que esses tenham acesso aos direitos e políticas de inclusão. As principais discussões acerca das questões raciais são originárias da formação do povo brasileiro, com negação de que seja uma única raça, ao contrário, uma miscigenação de raças, culturas e olhares.

Assim, os debates sobre as políticas de cotas raciais podem trazer possibilidades de se colocar em evidências a luta que os negros travaram ao longo da história por uma igualdade de direito para o acesso a bens e serviços existentes numa sociedade que discrimina e trata como desigual. Portanto, é preciso que essas lutas permaneçam e não sejam em vão que se fortaleça e tenha o reconhecimento dessa história. De acordo com Florestan Fernandes:

[...] as estruturas raciais da sociedade brasileira só poderão ser ameaçadas e destruídas quando ‘a massa de homens de cor’, ou seja, todo elemento negro, puder usar o conflito institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria em participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional. (FERNANDES, p.72, 1979).

Para uma melhor compreensão das políticas de cotas raciais é preciso fazer uma breve contextualização em seu histórico, ponderando algumas considerações importantes e que não há muitas discussões acerca desse tema tão importante que envolve as relações raciais. Também há uma grande necessidade de reflexão por parte de todos sobre o que significa ser” negro” no Brasil, pois, sabemos que em nossa sociedade as características físicas dos negros é a principal influência nas relações sociais dos mesmos e que influenciam diretamente na forma como a sociedade os vê.

As características físicas, como a cor da pele, por exemplo, são traços menos flexíveis do que os aspectos culturais e, a despeito de ambos não conseguirem representar o ser humano na sua totalidade, no Brasil, em decorrência do racismo, os fenótipos de uma pessoa funcionam como elemento constitutivo da identidade. É por isso que a identidade sempre vai ser interrogada, seja no âmbito dos estudos e debates sobre as nossas relações raciais, seja pelo sujeito que sempre procura afirmar sua singularidade perante o outro (SILVA, 2005, p. 38).

Superar as desigualdades sociais e étnico-racial é um dos primeiros passos para se cumprir metas de toda e qualquer sociedade que deseje uma igualdade social maior. Portanto, o sistema de cotas implantados nas universidades têm como objetivo principal corrigir as injustiças históricas que culminou em consequência do processo da escravidão, mesmo após a libertação dos escravos eles não tiveram nenhum direito sobre as terras e nenhum tipo de bens, muito menos de serem inseridos no mercado de trabalho, tornando difícil o acesso as escolas e também ao ensino superior, sem nenhuma possibilidade de conseguir entrar no mercado de trabalho essa parte de população afro-brasileira do pós-abolição.

Foi em 2012 que a referida lei de cotas teve sua regulamentação pela Lei 12.711/12, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. A lei estabelece a reserva de vagas nas universidades com um único objetivo de tentar diminuir a desigualdade social. Do total de vagas disponibilizado, 50% são para estudantes de escolas públicas e para estudantes de famílias com renda igual ou menor que um salário-mínimo e meio. Em relação a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas declarados, a Lei estabelece no Art. 3º:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil, 2012).

Assim, o sistema de cota racial está direcionado para as questões étnicas e raciais em relação a indígenas, pardos e negros, é classificada como uma discriminação positiva, porque classifica esses grupos, mas não quer dizer que não existe preconceito ou crime como dispõe a Lei nº 7.719/89, conforme o Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (BRASIL, 1989).

Com o previsto na Lei, as universidades e instituições de ensino possuem um único processo seletivo por ano. Portanto, a quantidade de cotas que são destinadas para a Lei de Cotas, fica de acordo com cada instituição. Adotou-se como processo seletivo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como critério único de seleção dos candidatos. Espera-se que, uma nova reavaliação no sistema de cotas seja feita em 2022 pelo Poder Executivo.

Trilhando por esse caminho, pensa-se que não há uma outra forma de separar a questão racial das políticas sociais, pois, a relação entre ambos é importante para um fortalecimento de que as diferenças e singularidades existem, é preciso que os dois sejam trabalhadas juntos para melhores resultados. Trabalhando coletivamente nos vários segmentos da sociedade é que será possível caminhar para uma consolidação da cidadania. Dessa forma, promover ações afirmativas é papel fundamental e de principal destaque, principalmente no que diz respeito a implementação das cotas raciais.

Assim, ao criar estratégias e políticas como as cotas para proporcionar igualdade social, por meio de tratamentos diferenciados, conforme está na Constituição Federal de 1989, pelo princípio da igualdade tratar “os iguais como iguais e os desiguais como desiguais”, que busca tentar fortalecer a população negra e seus descendentes (BRASIL 1989), mas para isso acontecer na prática é necessário esclarecer e sanar dúvidas e equívocos ocorridos no processo.

Mesmo que o sistema de cotas criado para concretizar um processo de igualdade social visando superar a discriminação racial, não será fácil compreender um sistema que obriga um negro a ser negro de fato, sabendo que em um determinado momento de sua vida já tenha sido discriminado, expressando uma forma preconceituosa, quando na verdade, deveria ser ao contrário uma ação de combate ao racismo.

O sistema de cotas está longe e nem um pouco disposto a estabelecer acordo entre a população, mas desde o momento em que é visto e entendido em um contexto histórico, passar a ganhar novos contornos.

Portanto, a política de cotas não caminha sozinha pois, faz parte de um todo que envolve questões relacionadas ao âmbito social, histórico e político. Porém, seus resultados não serão percebidos a curto prazo, mas suas contribuições para transformar a realidade social serão a longo prazo.

3.2 Legislação de Cotas para Negros em Mato Grosso do Sul

Desde que surgiu a primeira legislação antirracista em 1952, as ações afirmativas para negros no Brasil ganharam sentido só a partir dos anos 2000, segundo experiências das universidades. Somente após a sua participação na Conferência de Durban e dos respectivos compromissos assumidos no plano de ação, que as desigualdades raciais passaram a ter um maior espaço na agenda governamental.

As discussões que permeiam as desigualdades sociais entre negros e brancos no centro está o racismo que sempre foi elemento importante de denúncia do Movimento Social Negro, estudiosos e outros ativistas. Porém, a divulgação do mito da democracia racial despertou um imaginário social que impediu o reconhecimento do racismo e das desigualdades sociais existentes pelo governo do Brasil e outros setores sociais.

Como podemos perceber, fica evidente a necessidade de maiores reflexões sobre o que significa ser negro no Brasil, pois, em nossa sociedade as características físicas dos sujeitos sempre influenciam nas relações sociais dos mesmos, mesmo a sociedade afirmando que não. Assim, é preciso propor uma reflexão sobre quais ações de inclusão estão sendo criadas para uma possível solução desse problema.

As políticas de cotas, vista como medida compensatória com um único objetivo de promover o princípio de igualdade para uma pequena parcela étnicas, na UEMS deu início por meio da Lei n. 2.589 de 26/12/2002, que dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas e a Lei n. 2605 de 06/01/ 2003 que dispõe sobre a reserva de vagas para negros 20%. Dessa forma, o Conselho Universitário (COUNI) da universidade, em reunião com lideranças indígenas e também com o Movimento Negro estabeleceu na data de julho de 2003, com as Resoluções n. 241/03 e n. 250/03 a quantidade de 10% de vagas para os indígenas e a exigência para os negros que cursaram a escola pública ou bolsista de escola privada.

Essa questão foi levada a Câmara de Ensino do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para análise de como seria a elaboração dos critérios de inscrição. Para

tanto foi solicitada pelos conselheiros que criasse uma comissão juntamente com o Movimento Negro, com o Conselho Estadual de Direito do Negro, de Lideranças indígenas e da Coordenadoria de Políticas para a promoção de Igualdade Racial do governo do estado para a realização do trabalho em questão.

Iniciados os trabalhos foi preciso organizar um Fórum de discussões designado a reserva de Vagas para Indígenas e Negros na UEMS; Vencendo Preconceitos, ocorrido em 14 municípios em que a UEMS se faz presente bem como em sua sede em Dourados. Nesse Fórum pode contar com a presença de representantes indígenas, Movimento Negro e sociedade, e também da comunidade acadêmica. Com a participação de conferencistas que apresentaram suas propostas a favor e contra o sistema de reserva de vagas que não só patrocinaram o trabalho da comissão como também promoveram a discussão nas unidades acadêmicas da Universidade.

De acordo com as discussões promovidas, a Comissão começou a organizar um processo de sensibilização dentro da universidade com a realização de seminários, palestras com coordenadores de cursos e gestores por um semestre todo. Diversas audiências públicas foram feitas nos municípios do estado com a participação da Pró-Reitoria de ensino e a presença do deputado estadual Pedro Kemp, autor da lei de cotas para negros. Com o intuito de esclarecer e divulgar as leis e tornar públicas, e como seriam os critérios de inscrição no sistema de cotas e garantir as condições de permanência dos alunos cotistas na universidade.

A forma como seriam os critérios de inscrição foi colocada pelo Movimento Negro em acordo com as várias instituições que o constitui, trouxe para a pauta de discussão o critério do fenótipo e pobreza, além dos que já estavam estabelecidos pelo COUNI. Os indígenas colocaram como critério a descendência indígena atestada pela comunidade juntamente com a Funai e também o RG indígena.

A Resolução CEPE/UEMS n. 382/03 foi aprovada em agosto de 2003 e revogada pela resolução CEPE/UEMS n. 430 de 30/07/04 que dispunha dos critérios exigidos para a inscrição.

Para a inscrição de negros fica estabelecido os seguintes critérios: uma foto colorida recente 5x7 cm, auto declaração constante na ficha de inscrição; fotocópia do Histórico Escolar do Ensino Médio ou atestado de matrícula expedido por escola da rede pública de ensino; declaração da condição de aluno bolsista fornecida por instituição da rede privada de ensino, quando for o caso; os candidatos inscritos no percentual de vagas para negros terão as suas inscrições avaliadas por uma comissão instituída pela Pró

Reitoria de Ensino, composta por representantes da UEMS e do Movimento Negro, indicados pelo Fórum Permanente de Entidades do Movimento Negro do Mato Grosso do Sul e pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro, que as deferirá ou não, por decisão fundamentada, de acordo com o fenótipo do candidato; os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas concorrerão automaticamente aos setenta por cento referentes às vagas gerais.

Para os indígenas os critérios são: fotocópia da cédula de identidade indígena (frente e verso); declaração de descendência indígena e etnia, fornecida pela Fundação Nacional do Índio em conjunto com umas Comissões Étnicas constituídas em cada comunidade. Assim, os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas concorrerão automaticamente aos setenta por cento referente às vagas gerais.

Conforme mostra os dados sobre a desigualdade social no Brasil que é enorme, isso também é sentido aqui no Estado de Mato Grosso do Sul. Estudos realizados pela Coordenadoria De Políticas para a promoção da Igualdade Racial do Governo Do Estado, aqui no Estado ser negro significa ter duas vezes menos chance de concluir o ensino fundamental e quase nenhuma chance de conseguir acessar o ensino superior, o que não acontece em relação a população branca, dos que conseguem acessar algum curso de ensino superior muitos não concluem o final do curso.

Devido ao seu tipo fenótipo, ficam impedidos de entrar no mercado de trabalho porque são discriminados por sua aparência. Com base no resultado desses dados, o Movimento Negro lutou para que fosse aprovada as leis de cotas para negros e indígenas nos cursos superiores da Universidade como ação afirmativa. Dessa forma, o Parecer/CNE/CP n. 003/2004, dispõe que as ações afirmativas devem atender o que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, e também todos os compromissos internacionais reconhecidos pelo governo brasileiro. O objetivo único de combater o racismo e a discriminação racial, como por exemplo: a Convenção da Unesco (1960), com o objetivo de combater o racismo e as desigualdades e a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001), em Durban, na África do Sul.

Conforme dispõe o Parecer acima citado o que se entende por raça é a construção social que foi inventada em sua volta e se mostrou preocupante na forma de relacionar os branco e negros, vistas como harmoniosas e isso não têm relação nenhuma com o conceito biológico de raça, conceito esse evidenciado no século XVIII e atualmente superado. O

termo raça que é usado frequentemente nas relações sociais brasileiras foi designado para destacar certas características físicas como a cor da pele, tipo de cabelo, e outras.

Ao usar o termo étnico na expressão étnico-racial nos mostram que essas relações na maioria das vezes tensas em relação as diferenças na cor da pele e traços fisionômicos, estão se referindo a raiz cultural de hereditariedade africana discordando em diferente visão de mundo, valores e princípios de origem indígena, europeia e asiática. Para a Constituição Brasileira (1988), o racismo é um crime inafiançável, previsto na lei de pena de prisão, mas isso não é o suficiente para combater o racismo, pois a sociedade brasileira continua a fazer divisão entre brancos e negros, pobres e ricos, e disfarçadamente continua discriminando os negros, indígenas, entre outros e nunca há punição para esses crimes.

Portanto, a necessidade de compreensão das cotas na esfera da UEMS, de forma que as discussões sejam para encontrar um caminho para direcionar os estudos e regulamentação das leis para a sua implementação.

3.3 Implantação de Cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede em Dourados, teve sua origem conforme Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, em seu Art. 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma universidade autônoma didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, conforme as Leis Estaduais n. 1.543, de 8 de dezembro de 1994 e n. 2.583, de 23 de dezembro de 2002, e pelo Decreto estadual n. 10.511, de 8 de outubro de 2001. É regida por seu estatuto, oficial conforme o decreto Estadual n. 9.337 de 14 de janeiro de 1999.

A Universidade que possui sede em Dourados também possui outras unidades em 14 municípios em Mato Grosso do Sul, além do ensino a universidade desenvolve atividades de pesquisa e extensão. As unidades universitárias estão instaladas nos seguintes municípios do estado: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. Sendo que essa última foi extinta em 2001, dando lugar a Unidade Universitária de Campo Grande, com os mesmos objetivos de práticas de ensino e propagação do conhecimento.

Uma educação democrática e justa deve ser um dos primeiro passo para um questionamento sobre como promover mudanças na sociedade, sobretudo dentro das escolas e de que forma isso pode ser efetivado. Essas questões a serem discutidas envolvem tanto a liberdade do indivíduo bem como as ações desse indivíduo, a natureza dessas ações, as consequências e os resultados de cada um na sociedade ao qual pertence.

De acordo com esses processos adotados, a Universidade Estadual de Mato grosso do Sul (UEMS) após receber, regulamentar e implementar as leis estaduais que promoveria mudanças em seu contexto acadêmico, no administrativo, pedagógico e social. Conforme o disposto pelas leis n. 2.589, de 26/12/2002, que reserva 10% das vagas para indígenas de acordo com o estabelecido pelo Conselho Universitário (COUNI) da UEMS, e a lei n. 2.605, de 06/01/2003 que reserva 20% das vagas para negros, garantindo vagas em todos os cursos de graduação da instituição.

Com o intuito de promover mudanças no cenário da educação superior, no início do ano 2000 deu-se início a construção de espaços para concretizar as lutas empenhadas por parte dos Movimentos Negros Sociais e lideranças indígenas, conquistas essas que só aconteceram após décadas de resistência e de muitas lutas, com um único objetivo de criar oportunidades para negros e indígenas terem acesso em todas as esferas sociais. De acordo com Jaccoud:

A despeito de seu caráter restrito e limitado, têm representado um significativo avanço nas políticas de combate à desigualdade racial e nas perspectivas abertas à população negra no Brasil. Vêm igualmente permitindo aprofundar o debate sobre a interação do negro e seu lugar em nossa sociedade, além de recolocar no debate a discussão sobre a educação pública no Brasil, seu papel e a qualidade de seu ensino (JACCOUD, 2008, p.154).

No estado de Mato Grosso do Sul esses movimentos sociais após muitas lutas conseguiram conquistar 10% das vagas para indígenas e 20% para negros, as cotas raciais em todos os cursos de graduação da UEMS, por meio das leis já citadas acima.

É importante salientar que a origem dessas leis não teve a participação dos segmentos que compõem a universidade para o propósito das cotas, mas, com alguns movimentos sociais e políticos do Estado. A lei de cotas para indígenas foi publicada no dia 26/12/2002 e a lei de cotas para negros foi publicada no dia 06/01/2003.

Em fevereiro de 2003, a Universidade comunicou os docentes sobre a criação das cotas, ocasionando assim divergências dentro da instituição, pois, seria um grande golpe sofrido por eles. Essas leis determinavam a regulamentação e implementação das cotas num prazo máximo de 90 dias. Porém, a UEMS só realiza vestibular em dezembro, essas ações foram desenvolvidas em 6 meses. Assim, nesse período foram realizadas inúmeras reuniões por parte da Câmara de Ensino do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), bem como audiências públicas nas Câmaras de vereadores de algumas cidades de Mato Grosso do Sul para discutirem os critérios de acesso as cotas para negros na universidade.

Somente em agosto de 2003 foi realizado o primeiro vestibular com cotas para negros e indígenas, conforme a Resolução CEPE/UEMS n. 382/03, que regulamentava os critérios para inscrição e concorrência das vagas. Entretanto, em 2004 após a preparação do primeiro processo seletivo para cotistas, uma nova resolução foi criada em sua substituição, a Resolução CEPE/UEMS n. 430 de 30/07/04.

Conforme o Conselho Universitário (COUNI), após inúmeras discussões em torno das cotas, com lideranças indígenas e organizações do Movimento Negro, fica estabelecido em julho de 2003, por meio das resoluções COUNI/UEMS n. 241/03 e n. 250/03, 10% das vagas para indígenas, e para os negros a exigência de origem de escola pública ou bolsista de escola privada.

Com a criação dessas novas resoluções, o Movimento Negro, por meio das inúmeras instituições que o compõe, levou para a discussão o critério do fenótipo e da pobreza, além do que já estabelecia o COUNI. Conforme o Movimento Negro:

[...] favorável ao movimento da ideologia racista no inconsciente coletivo nacional, tem juntado os grupos “preto” e “pardo” da nomenclatura oficial na categoria “negro”. Assim, em uma linguagem racialmente consciente, branco designa os indivíduos nos quais os traços europeus são predominantes. Negros são indivíduos os quais os traços negroides (africanos) são preponderantes e que são socialmente reconhecidos como pardos, morenos ou pretos (BERTÚLIO, 2007, p.54).

Para os indígenas Guaranis e Kaiowá o critério da descendência indígena, atestada pela comunidade junto com a Funai e RG indígena. Todos esses critérios foram criados

como forma de avaliar os temas raciais e sociais, para que se pudesse evitar os embates e processos judiciais, mas que depois ficou comprovado.

Para os negros, era necessário apresentar os seguintes documentos no ato da inscrição: I – 1 foto colorida recente 5X7 cm; I - 1 foto colorida recente 5x7 cm; II – Auto declaração constante na ficha de inscrição; III - fotocópia do Histórico Escolar do Ensino Médio ou atestado de matrícula expedida por escola da rede pública de ensino; IV- Declaração da condição de aluno bolsista fornecida por instituição da rede privada de ensino, quando for o caso.

Para os indígenas ficou definido da seguinte forma: I – 1 fotocópia da cédula de identidade indígena (frente e verso); II - Declaração de descendência indígena e etnia, fornecida pela Fundação Nacional do Índio em conjunto com uma Comissão Étnica constituída em cada comunidade

De acordo com a resolução, há ainda a advertência necessária do remanejamento das vagas remanescentes, logo após as convocações para matrícula previstas no edital e prazos do calendário acadêmico conforme explica o texto:

§ 5º Ainda havendo vagas remanescentes dos regimes de cotas proceder-se-á da seguinte maneira: I - as vagas remanescentes do regime de cotas para negros serão preenchidas por candidatos da cota para indígenas, seguindo a ordem de classificação; II - as vagas remanescentes do regime de cotas para indígenas serão preenchidas por candidatos da cota de negros, seguindo a ordem de classificação; III - ainda havendo vagas remanescentes nos regimes de cotas, as mesmas serão preenchidas pelos classificados nos setenta por cento referentes às vagas gerais, seguindo a ordem de classificação; IV - havendo vagas remanescentes na oferta geral as mesmas serão preenchidas por candidatos classificados nos regimes de cotas.

Os negros que buscavam uma vaga e se inscreveram no sistema de cotas com os devidos critérios estabelecidos, tiveram que passar por uma Comissão de análise da Documentação dos Inscritos Para Cotas de Negros/DPS/PROE/UEMS que foi criada pela Pró Reitoria para esse devido fim. Essa Comissão constituída pela primeira vez em 18/11/2003, pela Portaria PROE/UEMS n. 013/2003 e publicada no Diário Oficial n. 6128 de 20/11/2003, com um único objetivo de analisar toda a documentação dos

inscritos para as cotas da UEMS, atendia o disposto na Resolução CEPE/UEMS n. 382 de 14 de agosto de 2003, Art. 10:

§ 1º Os candidatos inscritos no percentual de vagas para negros terão as suas inscrições avaliadas por uma comissão instituída pela Pró Reitoria de Ensino, composta por representantes da UEMS e do Movimento Negro, indicados pelo Fórum Permanente de Entidades do Movimento Negro do Mato Grosso do Sul e pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro, que as deferirá ou não, por decisão fundamentada, de acordo com o fenótipo do candidato. § 2º Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas concorrerão automaticamente nos setenta por cento referente às vagas gerais.

Assim, desde 2003, a Comissão é representada por representantes dos seguintes órgãos internos da UEMS: Pró Reitoria de Ensino-Proe/UEMS; Núcleo de Legislação e Normas/UEMS; Procuradoria Jurídica/UEMS e instituições externas Fórum de Entidades Negras de MS, Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE, Coletivo de Mulheres Negras de MS, Movimento Negro/Dourados, Grupo Trabalho e Estudo Zumbi -TEZ e Fórum Estadual de Diversidade Étnico-Racial de MS – FORDEPER. Todos os anos é publicada a portaria de constituição da Comissão, devido a troca de membro externo na comissão. O primeiro vestibular com cotas foi realizado em dezembro de 2003 nos moldes tradicionais de processo seletivo.

Após os primeiros negros e indígenas ingressarem como cotistas em fevereiro de 2004, surgiram as discussões para que se iniciasse um processo de sensibilização, orientação e capacitação de toda comunidade acadêmica com o intuito de diminuir os discurso e posturas de discriminação em relação aos alunos cotistas, principalmente dos docentes. Com o objetivo de esclarecer esse problema relativo aos cotistas em 2004 e 2005, foi realizado pela universidade uma Capacitação da Comunidade Universitária para o Processo de Implantação das Políticas de Cotas na UEMS, com parceria da CEPPIR/MS e a Fundação Palmares, tendo participação de vários pesquisadores renomados para fazer palestras e os debates acerca desse assunto com conhecimento e produção científica na temática étnico-racial, de diferentes universidades das regiões brasileiras.

Nos anos seguintes, surgiram um ou outro caso de discriminação racial que foram relatados, e que resultou em processo judicial contra um professor que por conta de suas

piadas racista em sala de aula sobre um aluno negro, por causa desse ato é que os racistas que proferiam discurso dentro da universidade em sala de aula puseram um freio em suas palavras, tudo se acalmou e as discussões seguiram tranquilas. Mas, as denúncias de cotistas negros e indígenas não pararam de surgir por conta dos discursos velados e descaso em relação aos alunos cotistas em alguns cursos e disciplinas desenvolvidas por professores da universidade.

Mesmo que ainda exista barreiras ideológicas e práticas discriminatórias e que mesmo assim, ainda ocorrem no interior da UEMS, é importante ver que, desde a implementação das cotas, podemos notar que há um grande número de negros e indígenas presente nos diferentes cursos de graduação. Nas áreas de conhecimento, a de Ciências Humanas apresenta a maior concentração desses alunos, bem como alunos cotistas na área de Ciências Exatas que apresenta a menor concentração dos mesmos.

Portanto, a implantação das cotas na UEMS como uma das ações à frente dessa questão, principalmente as cotas destinadas aos indígenas e também por ser a primeira universidade a assumir e dar continuidade ao trabalho já desenvolvido no Curso Normal Superior Indígena, primeiro no Brasil. Mesmo com todo empreendedorismo não obtivemos muitas transformações dentro da universidade, principalmente em relação aos currículos e práticas pedagógicas dos cursos.

As mudanças são lentas, mas alguns pesquisadores da temática étnico-racial, que lutam em seus cursos de origem para que sejam inseridas disciplinas, linhas de pesquisas e política de apoio aos alunos cotistas contemplando a diversidade existentes em salas de aula da universidade.

De acordo com a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA) podemos observar a quantidade de alunos negros que adentraram no ensino superior por meio das cotas raciais na Unidade de Paranaíba pelo processo seletivo nos anos de 2014 a 2021, conforme mostra a Quadro 1:

ANO	COTISTAS	NÃO COTISTAS	TOTAL
2014	04	19	23
2015	02	27	29
2016	10	18	28
2017	03	26	29
2018	07	20	27
2019	08	25	33
2020	10	17	27

2021	06	30	36
------	----	----	----

Os dados do Diretoria Regional Acadêmica (DRA) revelam o quantitativo de negros cotistas que ingressaram no curso superior no de 2014 a 2021, no total de 50 cotistas negros e desses 17 são mulheres negras que entraram para o curso de Ciências Sociais na Unidade de Paranaíba e o restante são homens negros. Como podemos observar o ano de 2016 e 2020 teve um maior número de ingresso de estudantes negros em relação aos outros anos, perfazendo assim um total de 10 alunos negros em cada ano.

3.4 Cidade e Unidade Universitária de Paranaíba.

O município de Paranaíba tem população aproximadamente de 41.49540.192 habitantes. Ocupa uma superfície de 5 402,778 km², sendo 7,740 km² de terras urbanas. Paranaíba está localizada numa região de integração das economias do Brasil (Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás); dada essa situação que começa a ser explorada mais intensivamente com a construção do gasoduto e o fortalecimento das relações comerciais dentro do Mercosul.

Conhecida como Região do Bolsão, onde encontra-se localizada Paranaíba, região que se desenvolveu dentro de atividades agropastoris com forte predomínio da pecuária, vêm se esforçando nos últimos anos para diversificar sua economia com a expansão de polos industriais, onde se destacam os municípios de Três Lagoas e Aparecida do Taboado. Assim, alguns setores têm adquirido características promissoras, entre eles o da indústria de derivados de leite, o têxtil, o de confecções, frigorífico e o da indústria de produtos e subprodutos oriundos da silvicultura, com destaque para o papel e a celulose, e os ligados ao setor sucroalcooleiro.

A Região do Bolsão possui características muito próprias devido à sua restrita ligação e também por sua proximidade com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Mesmo após sua interligação rodoviária pela BR-262 com as demais regiões de Mato Grosso do Sul, ainda permanece com forte relação socioeconômica com estes estados, pois é fornecedora de produtos básicos e necessários, e com isso ao mesmo tempo, importadora de máquinas, equipamentos, peças, remédios, produtos veterinários, adubos, herbicidas e outros produtos industrializados dois quais tanto necessita.

A Unidade Universitária de Paranaíba está situada à Avenida João Rodrigues de Melo - s/n – Jardim Santa Mônica.

A Unidade Universitária de Paranaíba conta com três blocos com boa infraestrutura (um bloco com cinco salas de aulas, onde funciona o curso de Direito - matutino e noturno; um bloco com quatro salas onde funciona o curso de Pedagogia no período noturno e as 3^a, 4^a e 5^a séries do curso de Ciências Sociais, no período matutino – que foi extinto e outro bloco com duas salas onde funcionam as 1^a e 2^a séries dos cursos de Ciências Sociais, licenciatura e bacharelado – (projeto pedagógico novo, implantado em 2014 no período noturno), e as repartições do Mestrado em Educação, que conta com secretaria, sala dos professores, sala de defesa, gabinete de estudos, sala de coordenadoria e também a sala da coordenadora do CEPEX. Essas instalações acadêmicas estão em perfeitas condições, contando com 11 (onze) salas de aula equipadas com ar-condicionado, carteiras universitárias, tela para projeção de slides, mesa com cadeira para o professor e lousa. A unidade conta também com um bloco com salas para laboratório.

Após a transferência dos cursos de Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) para o período noturno, será preciso mais três salas para as atividades didáticas a partir do ano de 2017, sendo uma sala para acomodar 40 alunos e duas salas para 20 alunos cada. As instalações administrativas têm uma sala ampla para as coordenadorias dos cursos de graduação e pós-graduação da Unidade, separadas por divisórias. Cada coordenadoria possui computador, mesa, fone, acesso via wireless à impressora da secretaria acadêmica, cadeiras e armários.

A sala dos professores, possui ar-condicionado, mesas, bancadas e cadeiras, armários com repartições de uso pessoal dos professores, 04 computadores ligados à internet.

A biblioteca da unidade com sala ampla está equipada com ar-condicionado, mesas, bancadas e cadeiras a disposição dos estudantes para serem utilizadas de forma individual ou coletiva, dois computadores para consulta do acervo e livros da área de Educação/Pedagogia, Ciências Sociais e Direito, com livre acesso aos usuários. Conta também com uma bibliotecária (nível superior), três funcionários (nível médio), que se revezam para cumprir com o funcionamento das 7h30 às 22h30, de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 8h00 às 13h00. Dentro da biblioteca, possui um laboratório de informática com computadores interligados à internet (fibra ótica), com a possibilidade da utilização de fones de ouvido para alunos que possuem algum tipo de necessidades especiais.

O auditório, possui capacidade para 140 pessoas, equipado com aparelhagem de som, DVD e data-show para exibição de filmes e promoção de palestras, cursos e eventos

científicos. Próximo ao auditório estão os sanitários (masculino e feminino), uma cantina e um espaço para a reprografia. A unidade possui cozinha com geladeira, forno, fogão e microondas, para uso de docentes, funcionários e discentes.

Possui acesso à acessibilidade, com dois conjuntos de rampas de acesso, com escadas com corrimãos, devidamente pintado e sinalizados, um na entrada principal e outro entre os blocos administrativo e acadêmico. Faltam os pisos táteis para orientação das pessoas com deficiência visual.

O Núcleo de Prática Jurídica de Paranaíba (NPAJ) de Paranaíba possui 64mts², o prédio fica localizado dentro da unidade, contendo uma sala recepção, duas salas de atendimento e uma sala com computadores e as mesas dos professores, compartilhando os demais espaços, como por exemplo: banheiros, copa e também a biblioteca geral da unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa pesquisa intitulado Vozes de Egressas Negras do Curso de Ciências Sociais de Paranaíba, faz-se analisar os relatos de história de duas acadêmicas negras que ingressaram no ensino superior por meio das cotas raciais, em que elas relatam histórias de suas vidas desde a infância até o ingresso ao ensino superior e todas suas dificuldades encontradas pelo caminho. Para efeito da pesquisa o método utilizado para a realização da pesquisa é a História Oral, que possibilita apontar outras dimensões para as discussões que permeiam o meio historiográfico.

Foi coletado relatos de duas alunas egressas do curso de Ciências Sociais da Unidade de Paranaíba, que relataram suas histórias de vida da infância até chegarem ao curso superior, suas dificuldades para concluírem o curso superior e a busca para se inserirem no mercado de trabalho.

Sendo a História Oral uma metodologia de pesquisa que consiste em reunir entrevistas com pessoas que relatam seu passado sobre acontecimentos, fatos vividos ao longo de suas vidas e outros aspectos da história contemporânea, esse método passou a ser utilizado nos Estados Unidos, Europa e México na década de 1950, logo após a invenção do gravador, e desde então, vem sendo muito utilizado pelos pesquisadores.

A história Oral faz parte da dinâmica e como objeto de resistência cultural, é para a história das mulheres e também para os estudos sobre gênero, abrir-se para o novo e outros sujeitos históricos, reconhecendo que a história oficial as discrimina e exclui da sociedade, de outros processos e narrativas, fortalecendo um discurso de poder tido como oficial, mas que também são apresentados como uma espécie de cultura e história sem suas formalidades legais.

Sabemos que desde o período colonial a história de vida das mulheres negras no Brasil desde sempre foi marcada pela opressão e exploração a que foram submetidas, tendo sua trajetória marcada no período escravocrata. O ambiente em que vivem, o acesso à escola e os locais de trabalho onde estão inseridas se relacionam com a forma violenta em que foram colocadas na sociedade, mesmo depois de serem vistas como cidadãs com os mesmos direitos conforme expressos na lei. As consequências que elas sofreram nesse processo não são apenas materiais, mas principalmente em suas representações sociais, e tratadas como pessoas inferiores por conta da cor de sua pele.

Não é somente as inúmeras expressões de questões sociais e racismo que as acompanham ao longo de todo processo histórico do Brasil, essas mulheres também conviviam com a exploração pautada em uma cultura patriarcal, onde eram dominadas e

inferiorizadas em relação ao homem branco e eram vistas como objeto sexual para esses homens e seus trabalhos eram apenas no espaço doméstico que as acompanha desde o período da escravidão.

O Brasil começou a desenvolver-se economicamente e socialmente após a Constituição Federal de 1988, novas políticas públicas foram surgindo e novos recursos também foram se construindo em inúmeros setores públicos. Com todo esse processo sendo construído continua existindo uma hierarquia em todas as classes sociais que ainda continua a se misturar com a questão do racismo e as categorias de gênero, e em meio a esse cenário as mulheres negras, mesmo depois de tantas lutas pelos direitos elas continuam ocupando lugares na sociedade menos privilegiados na sociedade sendo negados seus direitos conforme prevê a Constituição. Direitos esses como o de ter acesso a uma Universidade pública.

No Brasil, falar de memórias femininas é um ponto sensível, pois o processo de arquivamento dessas memórias resultou em exclusões e omissões na representatividade feminina em todos os setores públicos. Espero que essa pesquisa sirva de estímulo para que todos possam pensar sobre a importância desses processos de silenciamento das vozes femininas em suas experiências e produções enquanto sujeitos de suas próprias histórias que foram invisibilizadas pela sociedade. Não é só reconhecer esse silenciamento feminino, mas, também lutar para que as produções femininas sejam reconhecidas e representadas, mas por uma política geral de acervos escondidos no país que possam ser revelados para manutenção ao grande público.

O acesso a Universidade, ambiente com características predominantemente branco e contrário para essas mulheres que não se encaixam no padrão já construído dentro desse ambiente, traz de qualquer forma um símbolo de guerreiras como forma de resistência e enfrentamento a esse preconceito e discriminação e de luta e compromisso social para fazer valer seus direitos e também para que a Universidade não seja omissa e nem fuja de suas responsabilidades em garantir a essas mulheres o que lhes é de direito.

No entanto, a colaboração das egressas para esta pesquisa trouxe a voz dessas acadêmicas negras, suas impressões, considerações, opinião e conclusão de suas histórias de vida, a partir de uma metodologia que é a História Oral que possibilitou essa reflexão em relatar suas histórias vividas em algum momento no passado, mas também resgatar suas memórias esquecidas em algum lugar do passado que lhes permite uma compreensão melhor do presente sobre suas vidas, provocando uma análise sobre o seu papel na sociedade em que estão inseridas. Por ora a presente pesquisa cumpriu seu objetivo.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

_____. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990

BERTÚLIO, Dora L. de Lima. “**Ação afirmativa no ensino superior: considerações sobre a responsabilidade do estado brasileiro na promoção do acesso de negros à universidade – o sistema jurídico nacional**”, PACHECO, Jairo Queiroz e SILVA, Maria Nilza (Orgs). *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BRASIL. **CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA**. Brasília–MEC, 2001.

_____. **Parecer CNE/CB/003/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE, 2004.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. **Lei nº 7.716/89, de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 18/06/2020.

BUTLER, J. (2007). **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2a ed., pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.

CARVALHO, J. J. (2006). **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. *Revista USP*, (68), 88-103. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p88-103>

CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

CIAMPA, A. C. (1984). Identidade. In S. T. M. Lane (Org.), **Psicologia Social: o homem em movimento** (pp. 58-75). São Paulo: Editora Brasiliense.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Nacional, 1965, p. 24

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Cia. das letras, 1989. p.177. 4 Ibid., p.152.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (2002). **Lei nº 2.589, de 26/12/2002**, que dispõe sobre reserva de vagas na UEMS para indígenas. Campo Grande MS.

_____ **LEI nº 2.605/03, de 06/01/2003**. Dispõe sobre a reserva de vagas para negros nos cursos de graduação na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pedrokemp.com.br>. Acesso em: 18/08/2020

_____ **Lei nº 12.711/12, de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 05/09/2020.

JACCOUD, Luciana. **“O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial”**, In: THEODORO, Mário (org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

MARCONDES, M. M. (2013). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossier_mulheres_negras.pdf

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis RJ, Vozes, 1999.

NUPS/PROE/UEMS. **Processo COUNI-UEMS n. 003/2006.** Disponível em: <http://www.uems.br/internet/anex0os/texto1832.doc>. Acesso em 10/10/2020.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Forma e significação na História Oral, a pesquisa como experimento de igualdade.** Projeto História, São Paulo, n. 14, p. 7-24, fevereiro, 1997.
_____. **História Oral como gênero.** Projeto História. São Paulo, n. 22, p. 9-36, junho, 2001.

QUEIRÓZ, Delcele Mascarenhas. **Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior.** Brasília: Líber livro Ed. 2004

RIBEIRO, C. A. C. **Contínuo racial, mobilidade social e “embranquecimento”.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 95, p. 2 – 25, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295032017.pdf> Acesso em 30/03/2022.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, C. B. **Dialogando para além da cor da pele: concepções de estudantes negras do curso de pedagogia da Universidade Federal da Bahia.** Revista de Educação Popular, v. 13, n. 2, p. 133 – 151, 2014. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/27622/15927> Acesso em 2/03/2022

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history.** Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP 1994.

_____. **La citoyenne paradoxale. Lês féministes françaises et lês droits de l’homme.** Paris: Albin Michel, 1998.

_____. **História das Mulheres.** In: BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas.** 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 75.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

SILVA, Maria Palmira da. **Identidade racial brasileira.** In: SILVA, Maria Palmira da; SANTOS, Gevanilda (Org.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

THOMPSON, Paul. (1992). **A vos do passado: História Oral**, Tradução de: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

UEMS. **Resolução CEPE n. 382/2003 de 14/08/03 e Resolução CEPE n. 430 de 30/07/04 que Regulamenta os Critérios de Inscrição para candidatos às Cotas de Negros e Indígenas.** Dourados: UEMS, 2003

_____. **Resolução COUNI nº 241 de 17/07/2003**, que dispõe sobre a oferta das vagas em regime de cotas dos cursos de graduação da UEMS. Dourados – MS, 2003.

_____. **Resolução COUNI nº 250 de 31/07/2003**, “ad-referendum”, que altera a redação da alínea “b” do art. 1º da Resolução COUNI nº 241/03. Dourados – 2003.

VIEIRA Junior, Ronaldo Jorge A. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** SANTOS, Sales Augusto dos (ORG.) Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra. (p.81 a 100) - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Coleção Educação para Todos, CDU 37 (=96), 2

SÔNIA MARA PEREIRA DE SOUZA RIBEIRO**VOZES DE EGRESSAS NEGRAS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE
PARANAÍBA (MS)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovado em 28/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ademilson Batista Paes
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Orientador – Participação por
videoconferência

Profa. Dra. Juliana do Prado
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Participação por
videoconferência

Profa. Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Participação por
videoconferência